

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
CENTRO DE SAÚDE DO TRABALHADOR E ECOLOGIA HUMANA
MESTRADO EM SAÚDE PÚBLICA - SUBÁREA SAÚDE, TRABALHO E AMBIENTE

ELAINE ARAÚJO BUSNARDO

**AUTOGESTÃO EM CONSTRUÇÃO: O CASO DE UMA
COOPERATIVA DE CONSTRUÇÃO CIVIL DO RIO DE
JANEIRO**

Rio de Janeiro, Março/ 2005

ELAINE ARAÚJO BUSNARDO

**AUTOGESTÃO EM CONSTRUÇÃO: O CASO DE UMA
COOPERATIVA DE CONSTRUÇÃO CIVIL DO RIO DE
JANEIRO**

Dissertação apresentada para a obtenção do título de Mestre no Mestrado em Saúde Pública, Subárea Saúde, Trabalho e Ambiente da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ). Orientador: Carlos Minayo Gomez. Março/2005.

Rio de Janeiro, Março/ 2005

Dedico este trabalho

- *A todos os trabalhadores da cooperativa Constrói Fácil, pela inspiração e precioso material de trabalho disponibilizado; pela disposição e paciência, apesar da nossa demora em apresentar resultados; pelos ensinamentos e valores transmitidos.*
- *Aos meus familiares, pelo suporte financeiro, pelo incentivo, pela preocupação... Meus pais, meus heróis, meus espelhos...*
- *Ao Marcos, pela paciência e apoio emocional. Pelo amor, pela espera, pelos conselhos...*
- *À Suzana, colega neste mestrado, pela intermediação de atividades nos momentos em que não pude estar no Rio.*
- *Ao meu orientador, que abriu mão de suas manhãs de sábado para que fosse possível conciliar nossos horários.*
- *À Dona Jaudete, que me acolheu em momentos de dificuldades.*
- *À Ciça, Karina e Anelise, minhas amigas que me fizeram companhia e me acolheram em todas as dificuldades por que passei no Rio.*
- *Ao prof. Jorge Coelho Soares, por quem tenho verdadeira admiração e respeito, e que me deu algumas dicas que me ajudaram neste trabalho.*
- *Especialmente a Deus, que me permitiu concluir este trabalho, podendo agradecer e homenagear todas essas pessoas hoje.*

RESUMO

Neste estudo buscou-se compreender as mudanças nas condições de vida e trabalho possibilitadas a trabalhadores inseridos num empreendimento baseado no ideário da economia solidária. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, realizada numa cooperativa da construção civil do Rio de Janeiro criada por iniciativa de um empreiteiro com forte poder de mobilização, empenhado na implementação de um processo de produção autogestionário com pessoas desempregadas, em sua maioria, e com escassa experiência profissional. Identificou-se, além do percurso seguido para garantir a viabilidade econômica dessa estratégia frente às limitações atuais do mercado de trabalho, o significado que adquire para os trabalhadores essa nova forma de ser e estar no trabalho. Foram analisados os processos de subjetivação representados por esses trabalhadores a respeito de sua realidade ocupacional, da organização do trabalho, das práticas cooperativas e da distribuição dos rendimentos financeiros, bem como sobre as questões relativas à saúde e à participação social. Constatou-se que, apesar das dificuldades em ultrapassar toda uma cultura do assalariamento, de submissão e de naturalização dos riscos ocupacionais, essa alternativa propiciou mudanças sociais significativas e novas formas de se promover e produzir saúde, particularmente do ponto de vista psicossocial. Os resultados obtidos mostram que essa experiência, além de constituir um meio viável de sobrevivência e de melhoria da qualidade de vida, possibilita o aperfeiçoamento profissional e o exercício da autonomia, da liberdade responsável, da cooperação e da solidariedade. Observa-se também, embora em níveis diferenciados, um envolvimento crescente com as questões sociais, políticas e comunitárias.

Palavras chave: economia solidária, saúde do trabalhador, cooperativismo.

ABSTRACT

In this assignment, we tried to understand the changes on life and work conditions that was possible thanks to a enterprise based on the ideals spread by economy of solidarity. It's about a qualitative research, on a cooperative of civil construction in Rio de Janeiro. The cooperative was created by one empreiteiro who had a strong influence with people. He was determined on the implementation of a autogestionário process of production with unemployed people – most of them with a lack of professional experience. We identified, beyond the route ran to guarantee the economic viability, that work becomes with a new mean based on another views of being, of thinking, of doing, of living on/about work. We analyzed the social representations of those workers about their occupational reality, work organization, cooperative practices and the distribution of financial incomes – also about health and social participation. It was detected that, in spite of the difficulties on overcome all the submissive culture and the usual way of understand occupational risks as normal, this alternative has made possible significant social changes and another ways of promote and produce health, particularly on psychosocial point of view. The obtained results shows that this experience beyond constitute a feasible way of surviving and a way of improving life quality, makes possible the professional improvement and the exercise of autonomy, freedom with responsibility, cooperation and solidarity. It was too noticed that there was a growing involvement with socials, political and communities issues.

Keywords: economy of solidarity, worker's health, cooperative movement.

SUMÁRIO

RESUMO	4
ABSTRACT	5
Apresentação.....	7
CAPÍTULO I – Novas perspectivas do trabalho	10
Trabalho e cooperação	14
Antecedentes e fundamentos da economia solidária.....	17
Viabilidade econômica.....	22
Economia solidária no Brasil	23
CAPÍTULO II – Percorrendo uma cooperativa de construção civil: a condução do processo investigativo.....	28
Abordagem teórico metodológica	34
Tratamento e interpretação dos dados.....	39
Objeto de estudo.....	40
CAPÍTULO III – Encontros e desencontros no processo cooperativo: resultados e análise	43
Organização	44
Liderança e coletividade	47
Valorização do trabalho	51
Mudanças	56
Ações solidárias e abertura para a comunidade	59
Perspectivas futuras, dificuldades e limitações.....	62
Caminhos percorridos	74
CAPÍTULO IV – Considerações finais	79
Referências Bibliográficas	86
ANEXO I – Regimento Interno da Cooperativa Constrói Fácil	89

APRESENTAÇÃO

O ser humano vivencia hoje, sob influência da cultura capitalista, a evocação constante de valores como o individualismo, a atitude competitiva e a submissão no ambiente de trabalho. Também vivencia algumas inseguranças, representadas em parte pela crescente exclusão social e pelo desemprego estrutural. Acometidos por todas essas dificuldades, populações vêm-se obrigadas a reagir para garantir a sua sobrevivência. Movimentos individuais e coletivos emergem dessa necessidade. Alguns são bem sucedidos, outros não tanto, recorrendo muitas vezes para o viés da ilegalidade. Dentre os que são bem sucedidos, destaca-se a economia solidária. Embora o que inicialmente apareça seja a questão imediata da sobrevivência e sustento, à medida que esta questão consegue ser superada, algumas organizações passam a tomar uma dimensão semelhante a de um movimento social, a partir da qual outras necessidades são percebidas e novas iniciativas coletivas são recomeçadas, no sentido de atendê-las.

Descrevemos aqui o percurso de uma pesquisa qualitativa que partiu do estudo de uma cooperativa de trabalhadores da construção civil do Rio de Janeiro. Buscamos ouvir os discursos e observar a organização do trabalho, para entender a difícil construção do processo autogestionário, as representações que esses trabalhadores elaboram sobre a sua realidade de trabalho e as estratégias que criam para sobreviver às dificuldades e limitações encontradas nesta experiência.

A nossa hipótese inicial era a de que o confronto com o modo de ser solidário¹ poderia disparar novo pensar, novo discurso, novas práticas e, conseqüentemente, novos sujeitos. Falamos de um redimensionamento das formas de ser e estar no trabalho e também da possibilidade de agregar outras habilidades e de outras formas de ser, pensar, dialogar e comportar-se no trabalho e nas outras esferas da vida social. Essas transformações transcendem o individual e instituem novas relações com o coletivo, que se expressam através de uma mudança de atitudes junto à família e aos diversos processos decisórios e criativos do trabalho, da comunidade e da vida política em geral.

¹ Modo de ser solidário em contraposição ao indivíduo construído pelo modo de produção capitalista. Este se apresenta como um indivíduo aprisionado à submissão pelo trabalho, destacando características como individualismo, competitividade, passividade, medo da violência, e do desemprego. O modo aponta para um novo sujeito que, em diversos aspectos, divergirá desse indivíduo do capitalismo ocidental, destacando características como solidariedade e autonomia.

Neste trabalho, falamos de uma reterritorialização do trabalhador, que contraria a imagem do operário alienado e passivo do sistema capitalista (não cristalizada, porque em constante mudança, mas sofrendo forte influência dos modos capitalísticos de subjetivação). Falamos de alternativas em construção, num contexto de dificuldades, que buscam superar individualismo, competição, submissão e alienação no trabalho, através da orientação por valores como solidariedade, cooperação, autonomia, democracia e participação.

Nossa intenção nesta pesquisa foi, através de um estudo de caso, investigar as mudanças de condições e da organização do trabalho que um empreendimento de economia solidária possibilita e como isso se implementa na prática. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que busca entender o que é esta tentativa de escapar à crise do trabalho, por mais que possa parecer provisória, e de procurar saber o que essa realização representa para os trabalhadores em questão.

Na primeira parte, apresentamos um panorama contextual da realidade do trabalhador brasileiro e algumas alternativas que estão sendo tentadas no sentido de solucionar os problemas enfrentados. Descrevemos também a doutrina do cooperativismo e a economia solidária como uma dessas alternativas, destacando seus princípios, suas principais características, um pouco de sua história e a forma como vem se estruturando no Brasil.

No segundo capítulo, falamos da metodologia utilizada, descrevendo o percurso desenvolvido no decorrer desta pesquisa. Detalhamos melhor o nosso objetivo, as perspectivas iniciais, os motivos que nos levaram a optar por um determinado espaço de investigação (a cooperativa *Constrói Fácil* de construção civil) e a forma como encaminhamos nossas atividades. Destacamos também nesse capítulo os pressupostos teóricos que nortearam nossas análises, a história do grupo de associados escolhido, algumas de suas peculiaridades que despertaram o nosso interesse e as dificuldades que tivemos no decorrer de nossa pesquisa.

Na terceira parte, encontra-se a etapa mais interessante do estudo, pois descrevemos a riqueza dos conteúdos observados e analisados em nossas entrevistas e visitas aos ambientes de trabalho da cooperativa escolhida. Nessa etapa, apresentamos todos os dados colhidos e conduzimos um processo de análise, tentando associar as idéias teóricas anteriormente apresentadas com aquilo que encontramos no decorrer das entrevistas junto ao grupo de trabalhadores investigados.

Finalmente, no último capítulo, buscamos elaborar um fechamento dos assuntos discutidos, introduzindo algumas ressalvas e apontando para os novos caminhos que se podem visualizar a partir desta pesquisa.

Mais do que mera descrição de procedimentos e resultados, queremos, com este trabalho, apontar para novas alternativas de vida, para novas visões de mundo e para novas formas de se promover e de se produzir saúde, do ponto de vista psicossocial. Acreditamos que a experiência que descrevemos pode apontar para essas novidades.

CAPÍTULO I

NOVAS PERSPECTIVAS DO TRABALHO

A cada século, a história é marcada por importantes acontecimentos econômicos, sociais, culturais e tecnológicos. O século XXI não é diferente. No cenário econômico, destacam-se os processos de globalização e os reflexos de uma imensa e inacabada reestruturação dos processos de produção. No âmbito social, aumentam as desigualdades entre os vários segmentos populacionais, com suas inúmeras seqüelas de educação precária, desemprego, miséria, agravos à saúde e violência. No contexto cultural e tecnológico, visualiza-se uma ocidentalização e americanização do globo, possibilitadas pela imensa evolução tecnológica e dos meios de comunicação e transporte – o que faz acelerarem-se os processos e dá-nos a impressão de que as distâncias estão mais curtas e de que o tempo está cada vez mais compacto.

Neste plano de acontecimentos não é só a ocidentalização do mundo que nos afeta, mas toda uma forma de ser, ver, pensar e agir que é própria deste período em que vivemos. Estamos numa sociedade que cultiva valores como individualismo e competição, em detrimento de princípios de solidariedade e ajuda mútua; que induz os grupos excluídos a acreditarem serem eles os únicos responsáveis pelos problemas que lhes acometem e que a melhoria de suas condições dependeria exclusivamente de seus esforços pessoais. A tendência é a da culpabilização: culpa-se os indivíduos pelos seus infortúnios, pelo seu desemprego, pela sua má-sorte. Tudo isso mascara uma situação extremamente complexa de fragilidade social e produz um pensamento naturalizante e fatalista, do tipo: “não tem jeito”, ou “as coisas são assim mesmo e nunca vão mudar.”

Sofremos reflexos do fenômeno conhecido como globalização, resumido por Bauman (1999) da seguinte forma: uma série de processos, em escala global, que integra e conecta comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo mais interconectado. Esses processos se aceleram de forma que se sente que o mundo é menor e as distâncias parecem mais curtas. Entretanto, esse processo é desigual pelo globo. A direção do fluxo é desequilibrada e conflui numa ocidentalização do mundo. A globalização tem dupla face e divide as opiniões: para alguns, é o ideal que devemos buscar para atingir a felicidade; para outros, é a causa da nossa infelicidade. Essa segunda opinião contesta o

impacto social do fenômeno, acusado de produzir a progressiva segregação espacial, separação e exclusão.

Entretanto, não nos cabe aqui enquadrar a globalização na categoria de “bode expiatório” para todos os problemas sociais. Uma culpabilização dessa forma seria, no mínimo, reducionista e superficial. Cabe a nós refletir sobre os efeitos dessa globalização e analisar outros fatores que, concomitantemente, convergem para a formação de inúmeros acontecimentos econômicos, políticos e sociais da atualidade. Nesta análise, precisamos incluir o tema reestruturação produtiva e seus reflexos na organização do trabalho. A importância deste tema pode ser percebida em função das visíveis transformações que vêm ocorrendo nas empresas com a incorporação de modernas tecnologias organizacionais, gerenciais e industriais, e que têm ocasionado alterações no volume de empregos, no perfil de qualificação dos trabalhadores, nos padrões de gestão da força de trabalho, nas relações empresariais, entre outras.

Segundo Garay (1997), a reestruturação produtiva do Brasil veio em resposta à necessidade de ajustamento frente aos padrões internacionais de produtividade e de qualidade, elemento básico de competitividade nesse novo cenário. Trouxe em seu bojo questionamentos como o da inadequação dos princípios tayloristas/fordistas às novas condições do mercado, assim como difundiu novos conceitos: automação, flexibilidade, produção enxuta, qualidade total, descentralização produtiva, etc., na sua maioria derivados dos métodos de gestão da indústria japonesa. Em nosso país, muitos desses processos ocorreram sem uma efetiva participação e negociação com representantes dos trabalhadores, sendo implementadas quase de forma unilateral. Deste modo, contribui para a fragmentação da classe trabalhadora, favorecendo o estabelecimento de formas precárias de trabalho e levando à perda de postos de atuação e de muitos direitos anteriormente conquistados. Tudo isso amplia consideravelmente a insegurança no trabalho. O conjunto desses fatores hierarquiza e segmenta os trabalhadores, restringindo ao invés de ampliar os direitos que regulamentam as relações no mercado de trabalho, contribuindo para a perda de referências coletivas.

As estatísticas do IBGE² mostram que, nos anos 90 e início da década posterior, houve queda crescente do emprego e um aumento da sub-contratação de trabalhadores temporários. Cada vez mais, grande número de empresas tende a reduzir sua força de trabalho ou a precarizar suas formas de contratação. Ao mesmo tempo em que se forma um núcleo mais

² **IBGE.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. www.ibge.com.br. Acesso em janeiro de 2004.

estável de mão de obra com exigências de maior qualificação, flexibilidade e polivalência, surge um número crescente de trabalho precarizado, principalmente entre as mulheres. A precarização das formas de contratação e condições de trabalho amplia-se cada vez mais na medida em que cresce consideravelmente a nova estrutura industrial das cadeias de subcontratação. Muitas empresas vêm adotando, inclusive, formas de trabalho informal e mal pago, ressaltando-se o trabalho em domicílio, muitas vezes realizado por mulheres, com ajuda de crianças.

Além disso, as atuais políticas de participação e cooperação desenvolvidas nos novos programas de gestão fazem apelo à subjetividade dos trabalhadores, visando criar laços de identidade entre empresa e empregados. Neste contexto, fragilizam-se as relações com as entidades de representação sindical. Também pouco se reconhecem as negociações coletivas e a constituição de uma solidariedade de classe. Pelo contrário, verifica-se a implementação de políticas que visam impor ao empregado uma nova identidade, configurada na relação entre indivíduo-empresa e forjada através de diferentes estratégias de interação na disputa pela lealdade do trabalhador (Neves, 1998). Com esta estratégia, coloca-se em risco a preservação e a ampliação da cidadania, reforçando políticas autoritárias, em detrimento de práticas negociadas e democráticas.

As negociações coletivas voltam-se prioritariamente para os trabalhadores do quadro funcional das empresas, e as reivindicações têm como foco central a manutenção do emprego e o posicionamento frente às propostas de diminuição da jornada de trabalho, com a conseqüente redução do salário como alternativa de incorporação sob contratos precários de mão-de-obra desempregada. Os próprios interesses dos trabalhadores terceirizados, submetidos às mais desfavoráveis formas de contratação e de condições de trabalho, raramente são contemplados (Minayo-Gomez & Thedim-Costa, 1999).

Também é possível verificar, como conseqüência dessas transformações, um aumento do ritmo de trabalho e do desgaste físico e mental dos trabalhadores, conduzindo uma mudança no perfil de doenças profissionais. Além da ainda grande incidência de doenças profissionais clássicas (intoxicação por chumbo, benzeno, mercúrio, silicose), aparecem uma série de outras patologias que passam a ser relacionadas ao trabalho, como LER, hipertensão arterial, estresse e diversas outras formas difusas de desgaste corporal e mental.

Conforme defendem Minayo-Gomez e Thedim-Costa (1999), o que podemos observar é um processo de pauperização, inclusive entre os trabalhadores integrados ao mercado de trabalho formal. Segundo esses autores, tal pauperização resulta de uma trajetória marcada pela insegurança, instabilidade e precariedade nos vínculos laborais.

“Sob o eufemismo de novas condições de trabalho, esconde-se a redução dos postos de trabalho e a fragilidade dos novos arranjos laborais, como empregos temporários, limitações na absorção da força jovem, instabilidade e irregularidade ocupacionais, subemprego e desemprego recorrente, duradouros e sem perspectivas, rendimentos decrescentes, etc.” (Op. cit., 1999).

Aliada a todos esses fatores, coloca-se uma crise das políticas sociais, na qual o Estado, na sua dificuldade para atuar na intermediação dos mercados, também não consegue dar conta das conseqüências dos processos de empobrecimento e desemprego estrutural, limitando-se a ações pontuais, assistencialistas e paliativas que, mesmo assim, não são capazes de atender à grande parte dos indivíduos que delas necessitam.

Nas últimas décadas, a reestruturação dos meios/modos de produção (implantação de novas tecnologias, novas formas de gestão, terceirização, reengenharia, etc.), tendo como pano de fundo as políticas neoliberais, ajudaram a promover não só uma redução, mas a escassez das oportunidades de emprego/trabalho. Cada vez é maior o número de indivíduos que se tornam desnecessários para a vida econômica e, conseqüentemente, inúteis para a vida social das sociedades capitalistas.

Eis a situação instaurada: um mercado de trabalhadores excedentes, por cuja situação não parece haver responsáveis, restando-lhes apenas soluções individuais. Com medo do desemprego, muitas pessoas se desesperam e passam a procurar qualquer emprego, mesmo precários, informais, insalubres, mal pagos, com jornada excessiva ou ausência de quaisquer direitos trabalhistas ou previdenciários. É este o tipo de trabalho que tem predominantemente sido oferecido em nossa sociedade. Mesmo com todas estas restrições, as disputas são acirradas e não existem oportunidades em quantidade suficiente para todos.

Concordamos com Lisboa ao afirmar que:

“Hoje, pode-se dizer que vivemos numa sociedade de trabalhadores sem trabalho. Sociedade de trabalhadores porque é construída em torno da ética do trabalho, porque nela o trabalho é o princípio fundamental e organizador da vida – vivemos para trabalhar. É pelo exercício de uma profissão que as pessoas adquirem identidade social. Mas, cada vez mais, é uma sociedade de trabalhadores sem trabalho, pois o mercado de trabalho se encolhe como resultado tanto do surgimento de novos padrões de organização produtiva – terceirização, flexibilização, com a conseqüente precarização das relações de

trabalho – quanto do advento de novas tecnologias e conseqüente redução na quantidade de trabalho socialmente necessário.” (Lisboa, 1999: 56).

Em geral, este contexto tem levado ao desenvolvimento de formas alternativas de geração de emprego/renda: algumas individuais, muitas sendo empurradas para a informalidade ou para a ilegalidade; outras coletivas, assumindo formas de organização que divergem da lógica exploratória e autoritária, ainda predominante no mundo do trabalho.

TRABALHO E COOPERAÇÃO

Mesmo em sociedades competitivas, existe um mínimo de cooperação entre os indivíduos e organizações, sem o qual seria impossível a convivência entre as pessoas. Esse mínimo pode surgir de simples atitudes de acomodação e pode mudar conforme as circunstâncias ou interesses momentâneos – tanto de indivíduos quanto de grupos – como, por exemplo, no caso de mutirões. Em alguns casos, ocorrem formas de cooperação formais e permanentes que se manifestam quando um grupo de pessoas resolve se organizar em torno de um empreendimento para atender a determinadas necessidades sociais (de emprego, educação, lazer, etc.).

Até o início da década de 90, atribuía-se pouca importância às iniciativas econômicas populares, marcadas pelo preconceito, negligência e/ou indiferença do Estado. No máximo, eram vistas como ações assistencialistas para atenuar a pobreza. No entanto, essas experiências ganharam maior visibilidade nos tempos atuais e vêm sendo consideradas como alternativas viáveis e promissoras para geração de renda, além de apontarem para a constituição de um novo paradigma sócio-econômico, que combinaria autogestão e solidariedade.

Dentre as formas de cooperação conhecidas, há inúmeras alternativas, que às vezes produzem imprecisões de terminologia. Tentando reduzi-las, convém diferenciar cinco expressões muito utilizadas nas discussões sobre iniciativas populares: terceiro setor, economia social, economia solidária, economia popular e economia informal. De fato, todas essas combinações se referem a um espaço de vida social, que têm o objetivo de se colocarem como alternativas às dificuldades decorrentes do desemprego e da fragilização das relações de trabalho. Porém, há importantes demarcações quanto aos seus significados e diferenças, que estão relacionadas à construção de um discurso próprio (a cada um deles) associado a contextos específicos.

Muito difundido na mídia, o conceito de *Terceiro Setor* se origina, segundo França Filho (2002), no contexto norte-americano. Está ligado à filantropia e identifica organizações não governamentais sem fins lucrativos e com certo nível de participação voluntária. São organizações – não políticas, não religiosas, não governamentais e não mercantis – que realizam funções que o poder público não deu conta de realizar. Aparecem em alguns casos como substitutivo ou complementar ao papel do Estado, tendo surgido em virtude da impossibilidade, insuficiência ou desinteresse da ação pública em determinados aspectos da proteção social.

O termo *Economia Popular* emerge no contexto latino-americano, referenciando pequenas atividades produtivas e comerciais dos setores pobres e marginais das grandes cidades da América Latina. São biscates, mutirões, ocupações autônomas e empresas familiares. Também possuem forte caráter de solidariedade. Diferencia-se da *Economia Informal*, que assume a forma de microprojetos individuais, conformando uma espécie de simulacro precário das práticas mercantis oficiais. O termo *Economia Informal* começou a ser mais amplamente utilizado na década de 60, no âmbito do Programa Mundial de Emprego e Organização do Trabalho, definido como um fenômeno ligado ao subdesenvolvimento. Esta definição compreendia economia familiar, setor de micronegócios e associações de trabalhadores para a produção e a prestação de serviços. (Lechat, 2002).

O termo *Economia Social* aparece primeiramente na Europa, com raízes no movimento associativista operário do século XIX, largamente influenciado pelo ideário de ajuda mútua, de cooperação e de associação. Na época, esses movimentos geraram grande debate político ao se recusarem à autonomia do aspecto econômico de suas práticas. Era um ideal de transformação social e do mundo do trabalho – que passou a ser chamado de socialismo utópico – que não passava pela tomada de poder político do Estado, mas pela possibilidade de multiplicação das experiências. Naquele momento, a Europa vivia o nascimento do capitalismo, num contexto de desemprego e pauperização devido à superexploração do trabalho.

Segundo Motchane (2003), a economia social tem raízes profundas na Idade Média. As guildas, confrarias, corporações de ofício e *compagnonages* (associações de solidariedade entre trabalhadores) constituem os seus longínquos ancestrais. Na Inglaterra e nos EUA, várias comunidade ou aldeias cooperativas foram criadas no século XIX e mantiveram-se por poucos anos, sendo extintas pela feroz reação da classe patronal e pela hostilidade declarada

do governo. A mais famosa dessas comunidades foi Rochedale³, cuja carta de princípios até hoje inspira o cooperativismo e sua legislação a nível mundial.

França Filho (2002) destaca a importância desses tipos de movimentos coletivos que, ao criar novos modos de organização social, são capazes de gerar formas inéditas de ação pública. Um bom exemplo desse fato é o sistema previdenciário que, na Europa do século XIX, começou como uma iniciativa solidária e foi posteriormente utilizada pelo Estado.

No entanto, o mesmo autor destaca que:

“Iniciativas oriundas dos setores populares, combinando as dimensões social e econômica, sob um fundo de luta política, essas experiências modificam sua prática ao longo da história, ganhando um aspecto jurídico e o reconhecimento do Estado, a partir de estatutos específicos. Ao ganhar estatuto jurídico, essas organizações estavam se incorporando à economia dominante, perdendo o seu caráter político. Essa nova economia social se tornara institucionalizada no século XX como espécie de apêndice do aparelho Estatal.”
(França Filho, 2002).

Economia solidária é um termo amplamente utilizado com acepções variadas, mas tendo em comum a idéia de solidariedade, contrapondo-se ao individualismo competitivo que caracteriza o comportamento econômico padrão das sociedades capitalistas. O conceito abrange experiências de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária e impõe uma racionalidade diferente das outras realidades econômicas. Em geral, essas iniciativas apresentam-se sob a forma de grupos de produção, associações e cooperativas e combinam atividades econômicas com ações de cunho educativo e cultural, valorizando o sentido da comunidade de trabalho e o compromisso com a coletividade social em que se inserem (Gaiger, 2003). Seu valor central é o trabalho, o saber e a criatividade humana, não limitando sua eficiência à questão econômica, mas também em função da qualidade de vida e da satisfação de seus membros e, ao mesmo tempo, de toda a comunidade. É um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativas viáveis para a geração de trabalho e renda.

A *economia solidária*, no contexto europeu, aparece como um movimento de renovação e reatualização da economia social. São atividades econômicas com objetivos sociais, que reconhecem uma outra possibilidade de sustentação das formas de vida de indivíduos em sociedade, não centrada nas esferas do Estado e do mercado. Uma

³ Falaremos da experiência de Rochedale nas próximas páginas.

característica da economia solidária é a hibridação das economias, isto é, a possibilidade de combinação de uma economia mercantil (serviços), não-mercantil (recursos públicos) e não monetária (trabalho voluntário). Outra característica é a construção conjunta da oferta e da demanda, vinculando-se exclusivamente às necessidades e demandas reais vividas localmente pela comunidade. Assim, não se direciona apenas pela lógica do Mercado, mas principalmente pela necessidade de atender as demandas locais. É uma tentativa de autogerar riquezas para suprir os problemas sociais (França Filho, 2002).

Dessa forma, a economia solidária pode ser considerada uma nova economia social, porque já era presente nos seus primórdios, tendo sido esquecida e, agora, diante da necessidade, retomada. Funcionando sob princípios de autogestão e cooperação, muitas dessas atividades têm garantido a sobrevivência e a subsistência de populações carentes, afetadas há décadas por uma conjuntura economicamente adversa. Além da geração de renda, podem possibilitar o aprendizado de ofícios, o autodesenvolvimento intelectual e profissional, além de uma reconstrução individual da autoconfiança e autonomia.

Antecedentes e fundamentos da economia solidária

A forma mais representativa de economia solidária é o cooperativismo. Esta palavra não denomina apenas uma atividade econômica, mas, acima de tudo, uma doutrina. Segundo Rocher (1971), apud Schneider (1994: 7), doutrina ou ideologia é “um sistema de idéias e juízos, explícito e geralmente organizado, destinado a descrever, explicar, interpretar ou justificar a situação de um grupo ou de uma coletividade, e que, inspirando-se amplamente em valores, propõe uma orientação precisa à ação histórica desse grupo ou dessa coletividade.” Segundo Schneider, a doutrina cooperativa situa-se na linha do “dever ser”, não numa dimensão impositiva, mas como um apelo às consciências para optarem por um proposta comportamental que conduza a uma sociedade e/ou a um sistema econômico alternativo, que seja mais solidário, justo, autônomo, democrático e participativo. Dessa forma, os valores, princípios e normas propostos são um paradigma que ajudam a orientar as ações dos seus seguidores.

Portanto,

“... a proposta doutrinária do cooperativismo não expressa o que o cooperativismo já é ‘aqui e agora’ no seu real processo histórico, mas sim ‘o que pretende ser’ a médio e longo prazo. A prática real e cotidiana do cooperativismo mostrará muitas imperfeições, desvios, lacunas e omissões em relação ao seu conteúdo normativo. Os aspectos negativos de sua prática não invalidam a

riqueza do seu conteúdo normativo, mas, sim, são estímulo para a sua progressiva correção, quando os esforços de melhoria se realizam à luz do paradigma axiológico, que serve de guia, de norte para a ação. Sem este paradigma, são inúteis, dispersivos, meramente conjunturais os inevitáveis esforços de correção de rumo das distorções que ocorrem em qualquer prática cooperativa, mesmo na mais evoluída.” (Schneider, 1994: 8).

É necessário salientar que existem divergências dentro do cooperativismo – entre os acadêmicos e estudiosos do tema, entre funcionários públicos que orientam as políticas cooperativistas, entre organizações de apoio aos empreendimentos e entre os próprios trabalhadores associados –, não sendo uma corrente doutrinária unânime, embora tenham em comum alguns referenciais, como: o de ser uma proposta de apoio mútuo, por meio de associações que funcionam sob os princípios de igualdade, democracia, solidariedade, cooperação, participação popular e de autogestão. De uma forma geral, podemos dizer que há um fundo de utopia dentro da doutrina cooperativista. Há uma pregação utópica que, na prática, aplica-se de forma bem diferenciada.

Schneider (1994) nos explica que o cooperativismo deve sua origem ao movimento operário e a um movimento de idéias. A cooperação, como forma de ajuda mútua, esteve presente ao longo de toda a história da humanidade. Entretanto, uma forma de cooperação mais sistemática nasce com as cooperativas modernas. Estas surgem num momento em que o espírito de solidariedade parecia ter desaparecido, na fase mais voraz e selvagem dos inícios do capitalismo industrial. Segundo o autor citado, as cooperativas surgem como uma reação do mundo operário e camponês à grave situação de exploração durante a primeira fase da Revolução Industrial, quando o liberalismo de então era contrário a qualquer forma de associação profissional que visasse à defesa dos interesses de classe.

Eis as condições de trabalho da época, narradas por Schneider (1998:29):

“O trabalhador era submetido a uma jornada de 14 a 16 horas, inclusive mulheres e crianças. Estas eram aproveitadas especialmente nas minas de carvão, prejudicando prematuramente sua saúde. Não havia nesta época nenhuma legislação trabalhista ou previdenciária, nem sindicatos que defendessem a classe trabalhadora, que se achava totalmente a mercê das condições impostas pelos empresários industriais. Por outro lado, os trabalhadores eram enxotados do interior rural, para dar lugar à expansão das pastagens para a criação de ovelhas, cuja lã era demandada pelas indústrias de

fiação e tecelagem. Junto aos pólos de industrialização, amontoavam-se nas vilas operárias da época, sem ou com quase nenhum serviço de infra-estrutura urbana por parte dos poderes públicos. E, ali, na sua maioria analfabetos, eram explorados pelos comerciantes que os fraudavam nos pesos, nas medidas ou na qualidade das mercadorias.”

O capitalismo experimentou êxitos econômicos, progressos técnico-científicos, um aumento da produtividade, a abertura e expansão dos mercados, além de um enorme aumento de bens e serviços em benefício do homem. Contudo, a balança de ganhos não foi equilibrada, vitimizando principalmente a classe operária, tendo de enfrentar a miséria, a exploração e a dominação cotidianamente. As condições miseráveis e desumanas de vida em contraste com a ostentação da burguesia, deram maior visibilidade aos protestos do proletariado industrial e ao movimento operário. Estes possuíam como arma a capacidade e a possibilidade de se organizarem e de se unirem em associações.

Inicialmente, segundo Schneider (1994), as associações eram ao mesmo tempo partido político, sindicato e cooperativa. Progressivamente, o movimento operário teria se diferenciado em três ramos principais: o sindicato no campo trabalhista, o socialismo no plano político e o cooperativismo numa estrutura socioeconômica.

Mais ou menos nessa época (nos inícios da Revolução Industrial), surgem muitas idéias e pensadores apresentando soluções para a ‘questão social’ de então. São precursores da doutrina cooperativista pensadores como: Robert Owen, Charles Fourier, Louis Blanc, Pierre Joseph Proudhon, Willian King, Philippe Buchez, dentre outros. Todos eles se insurgem contra as desigualdades sociais geradas pelo capitalismo e todos coincidem em: destacar a idéia de associação, a ação emancipadora da classe trabalhadora, organizando os seus interesses por meio da auto-ajuda – e não desde o poder – a subordinação do capital ao trabalho, a eliminação do lucro e a organização cooperativa de toda a economia, baseada na democracia, na equidade e na solidariedade. (Schneider, 1994).

Neste percurso histórico, cabe destacar a famosa experiência da Sociedade dos Pioneiros de Rochedale que, embora tenha sido precedida por diversas experiências, é mundialmente reconhecida como a precursora do movimento cooperativo moderno. Essa experiência teve um êxito notável e foi a base a partir da qual se desenvolveu o movimento cooperativo, servindo de inspiração e exemplo para as organizações cooperativas do mundo inteiro.

A Sociedade dos Pioneiros de Rochedale foi criada em Manchester, Inglaterra, no ano de 1844. A iniciativa partiu de 28 tecelões, em situação de greve e de demissão em massa, que

baseados em idéias precedentes sobre associativismo, organizaram uma sociedade em comum (só mais tarde denominada cooperativa), com o objetivo de fornecer bens de consumo aos associados e outros serviços de ordem econômica e social. Sua iniciativa cresceu e desenvolveu-se, tendo sido elaborado o famoso Estatuto de Rochedale, que previu objetivos mais amplos e profundos e incorporou algumas normas fundamentais à existência e manutenção da sociedade. Em seus estatutos, foram codificados princípios e métodos essenciais do cooperativismo, aplicando-os com perspicácia e propagando-os com êxito.

Segundo Pinho (2001), a Sociedade dos Pioneiros de Rochedale desenvolveu-se rapidamente graças à intensa urbanização e à expansão das ferrovias nos países europeus que lideravam a industrialização na Europa. A iniciativa superou as dificuldades econômicas iniciais e, já em 1852, seus armazéns abrangiam seis seções com contabilidade especial – drogaria, açougue, mercearia, chapelaria, sapataria e alfaiataria. O sucesso transformou a experiência de Rochedale em símbolo, e as normas elaboradas pelos 28 tecelões são, em parte, até hoje seguidas pela legislação cooperativista do mundo inteiro. O pequeno edifício onde os Pioneiros iniciaram sua cooperativa de consumo tornou-se, desde 1931, o Museu da Cooperação.

Como herança do legado dos Pioneiros, segundo Schneider (1994), a cooperação passa a adquirir cada dia mais importância nos países desenvolvidos, especialmente nos nórdicos, mas também cada vez mais nos países do Terceiro Mundo, tanto em economias de mercado quanto em economias centralmente planejadas. A modesta origem hoje traduz-se em aproximadamente 800 milhões de associados de cooperativas, espalhados pelos cinco continentes. Se até 1960 a Europa tinha a hegemonia em número de cooperativas e de associados, hoje são os demais continentes que contam com a sua maioria. São particularmente os países do Terceiro Mundo que, em época recente, apresentam as maiores taxas de crescimento das experiências cooperativistas.

Os princípios que norteiam o cooperativismo internacional foram inspirados pela Carta de Princípios de Rochedale, revistos e aprovados em 1995, num congresso promovido pela ACI (Aliança Cooperativa Internacional). São eles:

1. Adesão livre e voluntária – as cooperativas devem ser organizações abertas a todos os aptos a utilizarem os seus serviços.
2. Controle democrático – sócios controlam com igualdade de votos.
3. Participação econômica dos sócios – os sócios contribuem e controlam o capital da cooperativa. As sobras vão para um fundo de reserva.
4. Autonomia e independência

5. Educação, treinamento e informação – as cooperativas devem proporcionar atividades educativas e de aperfeiçoamento aos seus associados.
6. Cooperação entre cooperativas.
7. Preocupação com a comunidade – a cooperativa deve trabalhar pelo desenvolvimento sustentável de sua comunidade através de políticas aprovadas pelos associados.

De todos esses princípios, a característica que fica mais marcante no cooperativismo é a idéia de autogestão que, segundo Albuquerque (2003), pode ser definida como o conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um coletivo. Ele complementa:

“É um exercício de poder compartilhado, que qualifica as relações sociais de cooperação entre pessoas e/ou grupos, independente do tipo das estruturas organizativas ou das atividades por expressarem intencionalmente relações sociais mais horizontais” (Albuquerque, 2003:20).

A autogestão assume nessa definição um caráter multidimensional (social, econômico, político e técnico), não se limitando a uma simples modalidade de gestão. Albuquerque (op. cit., p. 20) nos auxilia no entendimento dessas quatro dimensões. Segundo ele, a autogestão deve ser percebida como o resultado de um processo capaz de engendrar ações e resultados aceitáveis para todos os indivíduos e grupos que dela dependem. Essa característica é o que lhe confere o caráter social. A dimensão econômica se impõe pelo fato de serem processos de relação social de produção, definidas sobre práticas que privilegiam o fator trabalho em detrimento do capital. A terceira dimensão é política e se fundamenta a partir de sistemas de representação cujos valores, princípios e práticas favorecem e criam condições para que a tomada de decisão seja o resultado de uma construção coletiva. A quarta dimensão – a técnica – aponta para a possibilidade de uma outra forma de organização e divisão do trabalho.

Sob esses pressupostos conclui-se que uma empresa autogerida é uma organização produtiva sob a qual o poder de decisão pertence igualmente a todo o coletivo de trabalhadores. Também o ganho líquido é dividido entre os trabalhadores segundo regras estatutárias ou acordadas em assembleias gerais. A principal idéia dessa prática social, ainda citando Albuquerque (2003), está na repartição do ganho e do poder, na união de esforços e no estabelecimento de um outro tipo de agir coletivo que tem na cooperação a implementação de um outro tipo de ação social.

Hoje, algumas experiências práticas distanciaram-se de seu legado inicial – a Doutrina Cooperativa – na medida em que muitas experiências foram absorvidas pelo capitalismo e pelo ideário liberal. Também o rápido avanço tecnológico, que exigiu profundas modificações no processo e nas relações de trabalho, contribuiu para que as organizações cooperativas aproximasse-se de empresas comerciais, buscando modernizar-se e adaptar-se às estruturas econômicas. De qualquer forma, alguns doutrinadores cooperativistas vêm defendendo a reformulação da Doutrina; já outros argumentam que os princípios são critérios de autenticidade e que não podem ser modificados. (Dal Ri, 1999).

Viabilidade econômica

Segundo Eschenburg (1983), apoiando-se sobre a teoria econômica da cooperação, as cooperativas só podem sobreviver a longo prazo se cumprirem as seguintes condições: produtividade, efetividade, capacidade de equilíbrio e estabilidade. A condição de produtividade refere-se ao êxito global e ao êxito no mercado por parte da cooperação. Este requisito sempre está cumprido quando o resultado da cooperação é tão grande que pelo menos as expectativas mínimas de todos os participantes se cumpram. A produtividade é um requisito mínimo para a efetividade.

O requisito de efetividade refere-se ao proveito que a cooperação deve proporcionar para cada sócio. Esta condição está cumprida sempre e quando a participação seja proveitosa ou quando os sócios percebam que o abandono da cooperativa implica uma desvantagem. A condição da capacidade de equilíbrio refere-se ao cumprimento ao longo prazo da condição de efetividade.

A condição de estabilidade, segundo o autor, só se cumpre quando a cooperativa dispõe de uma capacidade de coordenação suficientemente grande e coesa para garantir a manutenção dos três requisitos citados acima. A falta de qualificação pode ser um fator problemático num empreendimento deste tipo. Também podem ser prejudiciais a falta de espírito de cooperação e a dificuldade no manejo do comportamento mediante os regulamentos internos.

Na tentativa de suprir essas quatro condições, é surpreendente notar que, mesmo em um contexto econômico desfavorável, estes empreendimentos irrompem com uma enorme vitalidade, o que nos obriga a perguntar como seria a realidade dessas iniciativas se elas tivessem o suporte dos imensos fundos públicos – e não as atuais migalhas – e fossem apoiadas por efetivas políticas nacionais de desenvolvimento. Não se trata, nesses casos, de um discurso ético ou de políticas tipo frente de trabalho geradoras de ocupações temporárias,

mal pagas e humilhantes, mas da dinamização do circuito de subsistência, de pensar a economia solidária como um espaço de economia portador de alternativas de geração de trabalho e renda, a partir do qual podem-se formular políticas públicas diversas. (Lisboa, 1999).

Essas alternativas, há tempos atrás vistas como paliativas e emergenciais, têm sido hoje percebidas como respostas necessárias a demandas urgentes, base para reconstruir o tecido social, embrião de novas formas de produção e estimuladora de alternativas de vida econômica e social. São iniciativas que, embora vulneráveis, podem alcançar estabilidade mínima e viabilidade a médio ou longo prazo. Têm se expandido, manifestando-se como uma tendência global diante dos impactos do desemprego e da precarização do trabalho. Esta tendência não exclui outros agentes nem dispensa a presença do Estado, mas abre possibilidade a um mercado não capitalista, porém sem ignorá-lo. Conformam-se como uma atitude crítica frente à organização do trabalho, tendo-a como ponto de partida e orientado por valores não mercantis, como solidariedade, autonomia, igualdade e democracia. Orienta-se para o crescimento e expansão.

Esses movimentos solidários enfrentam inúmeras barreiras, que vão desde problemas de gerenciamento por falta de preparo ou de soluções organizativas e dificuldades para repor o capital de giro, até a dificuldade maior dos associados de se articularem e de tomarem decisões, por ainda estarem imersos nos ideais de competitividade, individualismo e exploração que circundam o mundo capitalista. Entretanto, Gaiger (2003) enumera possíveis razões que possam explicar o sucesso de muitas dessas alternativas: combinam de forma original o espírito empresarial (no sentido da busca de resultados por meio de uma ação planejada e pela otimização dos fatores produtivos, humanos e materiais) e o espírito solidário, de forma que a própria cooperação funciona como vetor de racionalização econômica, produzindo efeitos tangíveis e vantagens reais se comparadas à ação individual. O solidarismo penetra no cotidiano dos indivíduos e de cada grupo como um princípio para a vida diária e uma postura diante dos problemas pessoais e coletivos. Esse princípio pode ser o indício de uma nova forma de produção, distinta e ao mesmo tempo compatível com o modo de produção capitalista.

Economia solidária no Brasil

No Brasil, os principais modelos europeus de cooperativas introduzidos desde o final do século XIX encontraram muitos obstáculos – população rarefeita, escassos meios de transporte e de comunicação, relações de trabalho ainda marcadas pela economia escravocrata

e pelo individualismo, falta de tradição de associativismo nas atividades econômicas, etc. Nessa época, os poderes públicos da Federação e dos Estados incentivaram especialmente a multiplicação de cooperativas de produtores agrícolas para aumentar a produção destinada ao consumo interno e à exportação. No começo do século XX, surgiram cooperativas de crédito agrícola, sobretudo nas áreas de colonização alemã e italiana do Sul do País. Entretanto, políticas contraditórias dificultaram por muito tempo o crescimento das iniciativas. Destaca-se dentre essas políticas o período da ditadura militar, quando o governo federal extinguiu quase totalmente as cooperativas de crédito rural e urbano, com a Lei 4.595/64 (Reforma Bancária). Nos grandes centros urbanos, entretanto, começavam a surgir cooperativas de economia e crédito mútuo. (Pinho, 2001).

Em 1971 é criada a OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), órgão oficial de representação do cooperativismo nacional. No final dos anos 80, devido a alguns fatores favoráveis (abertura econômica e redemocratização do Brasil, constituição de 1988, condições para a criação de bancos cooperativos, etc.), inicia-se um renascimento do cooperativismo de crédito rural. Nos anos 90, o Sistema Cooperativo Brasileiro internacionaliza-se, passando a ocupar espaço na representação da ACI-Américas⁴. Ao mesmo tempo, o apoio oficial do Estado, via Denacoop (Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento), contribuiu para a capacitação e para o revigoramento do sistema cooperativo. As cooperativas de crédito organizaram-se em centrais, federações e confederações, criando estrutura vertical que possibilitou a organização e o funcionamento de instituições como o Bransicredi⁵ e o Bancoob⁶. A partir de 1999, foi criado o SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo) como um instrumento operacional da OCB, tendo como principais objetivos o ensino de formação profissional e a promoção social dos trabalhadores e dos cooperados de todo o território nacional. (Op. cit, 2001).

O termo economia solidária, segundo Lechat (2002), aparece pela primeira vez no Brasil no livro “Economia de solidariedade e organização popular” (org. Gadotti), num texto em que Razetto (Chile) o designa como conjunto significativo de experiências econômicas

⁴ Aliança Cooperativa Internacional.

⁵ Banco que reúne as cooperativas do Sistema SICREDI. Começou a renascer aos poucos no Sul do país. Atualmente, reúne cooperativas de crédito do Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul; em outros estados está em fase de implantação.

⁶ Banco cooperativo do Brasil. Mantém postos de atendimento espalhados por todo o Brasil.

que compartilham alguns traços de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade diferente de outras racionalidades econômicas. Com o termo, atualmente aparecem associações como: base para reconstrução do meio social para as bases populares, novo modo de produção não capitalista e como novo paradigma socioeconômico, político e cultural fundamentado na solidariedade.

A experiência de economia solidária mais representativa é o cooperativismo, cuja legislação, no Brasil, data de 1971 e o define como *sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica, de natureza civil, não sujeitas à falência, para prestar serviços aos associados*. Pela lei, as cooperativas devem ter estatutos próprios, aprovados em assembléia geral.

Essa legislação é antiga e imprime uma série de falhas que dão suporte à acumulação de inúmeras cooperativas falsas, que se aproveitam dos privilégios fiscais e implantam processos de terceirização ou de flexibilização/redução dos direitos do trabalho. Trata-se da utilização distorcida da legislação cooperativista. São muitos os casos e seus objetivos se limitam à redução do custo da mão-de-obra para obtenção de maiores lucros. Outros obstáculos para o desenvolvimento dessas propostas referem-se à precária formação escolar e técnica dos trabalhadores, à difícil relação com os sindicatos e, principalmente, ao risco do isolamento, em função da pressão capitalista.

A Constituição Federal de 1988 teve como valor implícito aos seus princípios a idéia de solidariedade. No entanto, o significado atribuído a esse termo foi profundamente atingido pela lógica neoliberal, que elegeu o mercado como regulador das necessidades sociais. Assim, o solidarismo da constituição de 1988 entra em conflito com outro valor: a solidariedade entendida como um consentimento entre classes (Gusmão, 1998). Numa crise das políticas sociais, o governo brasileiro repassa as responsabilidades públicas a voluntários e às Organizações não Governamentais, isentando-se do seu papel de mediador e dando um significado “torto” à idéia de solidariedade.

No entanto, queremos retomar a idéia de solidariedade enquanto comprometimento que passa por uma nova ética das relações humanas, das relações de trabalho, econômicas e sociais. Neste sentido, trata-se de um movimento de resistência, que rompe com a lógica de competição do capitalismo neoliberal. Não podemos associar a solidariedade de que falamos a paternalismo, caridade ou filantropia. Não é apenas um movimento econômico, mas movimentos de resistência, estratégias de luta contra o desemprego e a “exclusão”.

Como importantes atores sociais de divulgação e de defesa do movimento cooperativista no Brasil, destaca-se atuação de diversas instituições, dando destaque a

algumas entidades religiosas e ONG's, muitas das quais reunidas na conhecida Rede Nacional de Socioeconomia Solidária – entidade que procura agregar os mais diversos empreendimentos, buscando a solução conjunta de problemas, o apoio técnico e teórico, o fomento à educação cooperativista, o suporte a novos empreendimentos e a participação junto às políticas públicas de interferência direta e indireta sobre o funcionamento das cooperativas nacionais.

Agregado à Rede Nacional de Socioeconomia Solidária está o Fórum de Cooperativismo Popular (FCP), órgão não filiado à OCB que coordena e representa as cooperativas local e nacionalmente, procurando estabelecer um contato de maior proximidade e apoio junto às experiências solidárias e buscando incentivar e aprimorar a capacidade participativa e de autogestão dos vários empreendimentos associativos e cooperativos, através de reuniões locais e de assembléias deliberativas. Este fórum mantém núcleos estaduais e regionais e é uma das formas de representatividade que mais se aproxima dos grupos populares, procurando localizá-los, orientá-los e incluí-los nos debates regionais, estaduais e nacionais sobre economia solidária e temas afins.

Nos últimos anos, o Estado tem estimulado a formação de cooperativas, por meio da criação de órgãos especificamente estruturados para esse objetivo. Alguns governos locais têm fomentado a criação e fortalecimento de grupos associativos, contribuindo para a expansão do número de iniciativas.

Em 2003, foi criada a SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária), vinculada ao Ministério do Trabalho, sob a direção do Prof. Paul Singer, tendo a colaboração de inúmeros outros atores sociais envolvidos. Essa secretaria tem se constituído como um importante instrumento para a formulação e implementação de políticas públicas nacionais de incentivo e apoio aos empreendimentos de economia solidária no Brasil.

Também algumas universidades têm sido importantes nesse movimento, especialmente a partir da atuação das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativismo Popular, que desempenham funções de capacitação, formação e acompanhamento de grupos de autogestão, além do auxílio a projetos de criação, estudos de viabilidade econômica, apoio técnico e administrativo de cooperativas incipientes.

No Rio de Janeiro, as discussões sobre economia solidária têm ganhado força nos últimos anos, através da atuação do FCP-RJ (Fórum de Desenvolvimento do Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro). Criado em 1994 por alguns grupos ligados a Ong's, e cooperativas populares, o FCP-RJ vem crescendo com o objetivo de promover discussões sobre economia solidária no estado, organizar um movimento regional e nacionalmente,

articular e mobilizar entidades governamentais e atores sociais para a formulação e implementação de políticas públicas de incentivo e fomento à economia solidária, bem como auxiliar os empreendimentos locais em sua constituição e dificuldades gerais.

Neste estado, algumas instituições têm se destacado pelo trabalho desenvolvido junto a cooperativas e demais grupos populares e pelo esforço empreendido junto ao FCP estadual. Essas organizações e instituições vêm se constituindo como referência e apoio para a associação de novos agrupamentos econômicos populares e para o fortalecimento e desenvolvimento dos grupos já estabelecidos. Dentre essas entidades, podemos citar: o CEDAC (Centro de Estudo e Desenvolvimento de Ações Comunitárias), a FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), o PACS (Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul), o IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da COPPE/UFRJ, a Unitrabalho e membros de diversas cooperativas e ONG's do estado.

CAPÍTULO II

Percorrendo uma cooperativa de construção civil: a condução do processo investigativo

O contato com o FCP-RJ e com algumas ONG's permitiu-nos conhecer diversos empreendimentos solidários e formular uma série de questões que nos instigaram a este estudo. Dentre esses contatos, cabe destacar a cooperativa Constrói Fácil, cuja trajetória e participação junto ao Fórum chamou nossa atenção. Trata-se de uma cooperativa de construção civil, constituída inicialmente por quatro trabalhadores com o apoio de entidades religiosas. Com o tempo, o número de associados foi crescendo e a cooperativa ganhou certa participação no mercado, agregando hoje 38 cooperados. Esse número já foi maior, chegando a 54 membros no ano de 2003. Entretanto, a quantidade de associados teve que ser reduzida em função da dificuldade em se agregar obras para criar novas frentes de trabalho.

Essa cooperativa também chamou nossa atenção por estar inserida num setor que é marcado pela ausência ou fragilidade das práticas preventivas, pela constante convivência com situações de risco, comprovada através do expressivo número de acidentes, muitos incapacitantes ou até fatais. Por isso, não é à toa que a construção civil é categoria objeto de Norma Regulamentadora específica – a NR 18 – que, se fosse minimamente cumprida, restringiria ou atenuaria as condições de trabalho penosas e desgastantes, pelo menos no que se refere às formas mais evidentes de agressão à saúde.

A construção civil é, sem dúvida, uma categoria caracterizada por um processo de trabalho altamente desgastante, em geral formado por mão de obra abundante, mal paga e com baixo grau de instrução. Nos canteiros de obra, é comum a ocorrência de acidentes, inclusive fatais. Pesa sobre esses trabalhadores o constante medo do desemprego, já que a grande maioria é constituída por mão de obra terceirizada. Muitos deles não possuem contrato formal, ficando sem proteção social, submetidos a condições deploráveis de trabalho, em total desrespeito às cláusulas elementares da convenção coletiva da categoria. Dentro dessas condições de precariedade, destacam-se a irresponsabilidade e a omissão das empreiteiras, a alta rotatividade, o uso de alojamentos precários e improvisados, condições insalubres de alimentação e de trabalho e horários excessivamente estendidos, sem um acompanhamento salarial compatível.

Em função de todas essas variáveis, julgamos ser esta cooperativa (Constrói Fácil) um campo fértil para a produção de estudos sobre economia solidária e saúde do trabalhador, já que esta relação (construção civil e economia solidária) é carregada de desafios. Se o setor de construção civil se caracteriza por todas as precariedades acima citadas, o referencial da economia solidária prega exatamente o seu oposto: pressupõe-se que os trabalhadores tenham controle sobre o seu próprio processo de trabalho, influenciando nas decisões a ele relativas; também não há o medo constante de ser demitido, já que esses trabalhadores são donos do seu próprio negócio; em relação aos direitos trabalhistas, a lei estabelece que estes indivíduos devem se registrar e pagar INSS como autônomos, fazendo jus a algumas garantias previdenciárias. Por outro lado, há um aumento das responsabilidades, já que não mais se separa planejamento e execução. Há também um outro obstáculo que é o de não conseguir manter a cooperativa no mercado, já que este impõe dificuldades de inserção e de manutenção, tornando-se cada vez mais competitivo e inviável para empreendimentos sem grandes reservas e capitais de giro.

Inseridos no cotidiano da cooperativa Constrói Fácil, buscamos investigar o que havia de novidade – o que uma experiência de economia solidária podia trazer de diferente para a organização do trabalho e como esse diferencial poderia possibilitar e promover a saúde desses trabalhadores em questão, inclusive no que se refere à prevenção de acidentes e danos à sua integridade física e mental.

Ao falar em transformações da organização do trabalho, falamos de um redimensionamento das formas de estar no trabalho e também da possibilidade de agregar outras habilidades e de outras formas de ser, pensar, dialogar e comportar-se no trabalho e nas outras esferas da vida social. Acreditamos que essas transformações transcendem o individual e instituem novas relações com o coletivo, que se expressam através de uma mudança de atitudes junto à família e aos diversos processos decisórios e criativos do trabalho, da comunidade e da vida política em geral.

Neste sentido, a nossa hipótese era a de que os referenciais da economia solidária poderiam apontar para uma desejada emancipação social dos sujeitos cooperados. Por emancipação social designamos o processo ideológico e histórico de liberação de comunidades políticas ou de grupos sociais, da dependência, da tutela e da dominação nas esferas econômicas, sociais e culturais. Emancipar-se significa livrar-se do poder exercido por outros, conquistando, ao mesmo tempo, a plena capacidade civil e de cidadania no Estado democrático de direito. Emancipar-se significa aceder à maioria da consciência; entendendo-se, por isso, a capacidade de conhecer e reconhecer as normas sociais e morais

independentemente de critérios externos impostos ou equivocadamente apresentados como naturais. O conceito de emancipação vincula-se ao de autonomia e ao de responsabilidade. Na sociedade emancipada, os indivíduos possuem o máximo de liberdade, mas pautada pela igualdade, pela reciprocidade de direitos e obrigações, enfim, pelo processo civilizatório, que garante a livre expressão respeitosa da diferença e da liberdade do outro. (Cattani, 2003). Trata-se de um conceito ideologizado, talvez utópico, talvez inaplicável; porém é um ideal sobre o qual a doutrina do cooperativismo tenta se aproximar em suas considerações teóricas e aplicações práticas.

A origem da cooperativa Constrói Fácil está ligada à lenda de Shangri-lá. Tal lenda nasce no Tibete e nos conta que aqueles que atingem o mais elevado grau de evolução espiritual ganham o direito de viver numa espécie de paraíso perdido. Trata-se de uma cidade encantada, onde reinava a mais perfeita harmonia e onde homens e mulheres viveram séculos e séculos de paz. Sua arquitetura era encantadoramente perfeita. Nesta cidade, todos eram iluminados, felizes, vegetarianos e não violentos. Seus habitantes, em sua maioria, dedicavam-se à leitura e à meditação, havendo inúmeros monges ligados a um mosteiro de Lamas, que dava nome à cidade. Valorizavam a hospitalidade, as boas maneiras e a moderação. Diz a lenda que gozavam de incrível longevidade, vivendo em média 200 anos. Essa cidade lendária chamava-se Shangri-lá e era um singular núcleo de cultura, encravado entre montanhas desconhecidas do Himalaia e governado por um vago sistema teocrático. Shangri-lá possuía misteriosos segredos, especialmente no que se referia à longevidade dos seus habitantes e à possibilidade de se desenvolver uma civilização em meio às altas, assustadoras e inexploradas montanhas do Himalaia. A cidade gozava de uma natureza privilegiada e diz-se ter sido uma das mais felizes civilizações existentes. Entretanto, segundo a lenda, essa cidade perfeita estava morrendo, pois os indivíduos que dela podiam fazer parte escassavam-se do mundo.

Inspirados por esta lenda, no final dos anos 70, um grupo de religiosos ligados à Igreja Católica dava início a um projeto que visava auxiliar famílias de uma comunidade carente do município do Rio de Janeiro. A princípio, era uma idéia vaga. Queriam encontrar a comunidade mais pobre, que sofresse de maiores privações e problemas sociais; queriam dar-lhes algum suporte social e emocional e auxiliá-los com doações de roupas e alimentos. Escolheram uma pequena comunidade na zona oeste do Rio de Janeiro, onde havia inúmeras pessoas sem estudo, sem dinheiro, sem trabalho, sem qualquer apoio social – pessoas que passavam frio e fome e que não viviam, apenas sobreviviam, entorpecidos pelo álcool e enganando o tempo. Eram favelados de família numerosa que, morando em barracos

minúsculos e insalubres, sobreviviam à revelia de uma realidade marcada por dificuldades inúmeras, que já naquela época faziam parte do cotidiano desigual da cidade.

Reuniões começaram a ser feitas com essas famílias, com palestras e discussões a respeito de temas como família, alcoolismo, alimentação e com atividades educativas diversas. Numa dessas reuniões junto aos voluntários, percebeu-se que a falta de moradia era o principal incômodo dessas famílias, seguido pela falta de ocupação e vias de subsistência.

Eis como narram os autores dessa idéia:

“Numa reunião de Natal com as crianças nós perguntamos o que eles gostariam de ganhar. Para nossa surpresa, a grande maioria disse que queria ter uma casa. Ao perceber essa necessidade, tivemos a idéia e arrecadamos um fundo junto com a igreja e com algumas ONG’s para a compra de terrenos e materiais de construção.” (Arnóbio).

A partir de iniciativas da Igreja Católica, de doações e de contatos com ONG's, foi arrecadada uma quantia em dinheiro para que fossem construídas casas que abrigassem essas famílias. Os moradores e voluntários, organizados em mutirões, trabalharam de forma rápida. Em pouco tempo, a pequena vila sem nome viu-se crescer, com casas bonitas e bem construídas, fruto de seu próprio trabalho, fruto da solidariedade de grupos humanos. Logo estava construída a pequena vila que recebeu o nome de Shangri-lá.

Shangri-lá era a concretização de um sonho: o sonho de uma casa, de uma comunidade, de uma espécie de “porto seguro”, onde todos esperavam ser felizes, onde todos cooperariam entre si, onde não haveria brigas nem escassez e onde não haveria qualquer forma de exploração humana. Acreditavam que seria algo próximo ao ideal de um paraíso: paraíso perdido, como também é conhecida a cidade lendária a que nos referimos no início deste capítulo.

Assim era também a vila que ali se construíra. Deram-lhe o nome e o status de uma localização lendária, encantada, onde uma nova vida começava a se delinear. Era a vida, tentando imitar – ou ao menos se aproximar – da lenda.

De Shangri-lá partiram outras iniciativas. Isso porque, embora debaixo de um teto, essas famílias ainda não possuíam um meio de subsistência, podendo somente contar com a caridade de terceiros para que fosse possível sua alimentação e seu vestuário. Numa reunião junto aos idealizadores do projeto Shangri-lá, ficou clara a necessidade de se possibilitar uma forma de subsistência para essas famílias – mas não por meios paternalistas; fazia-se necessário resolver o problema da falta de trabalho.

Naquela época, seu Arnóbio, o precursor do projeto Shangri-lá, era proprietário de uma sub-empiteira de construção civil. Era relativamente conhecido no mercado local e possuía certa credibilidade junto a alguns investidores da região. Envolvido como estava na tentativa de ver bem sucedida a experiência de Shangri-lá, tomou a frente de um outro projeto paralelo: a criação de espaços de trabalho para resolver a questão do desemprego, tão presente na comunidade investida. Essa idéia ganhou força e adesão da comunidade, dando origem ao grupo Constrói Fácil.

Nesse percurso, foi fundamental a participação de um líder – precursor, mentor, idealizador e investidor para o sucesso da iniciativa. Falamos da atitude de um empreiteiro que abriu mão de sua condição de empresário para investir num ideal, em algo que acreditava ser muito mais importante e valioso do que todo o dinheiro que poderia ganhar na condição de empresário. Não falamos aqui de um investimento em capital, falamos do abandono de um empreendedorismo individual para a dedicação a um projeto coletivo. Falamos de uma atitude de coragem, de um momento de solidariedade e de desvinculação a interesses materiais, em prol da concretização de algo próximo ao que se conhece sobre a comunidade lendária de Shangri-lá.

Cabe, neste momento, um adendo acerca da história desse líder que terá importantíssimo papel na manutenção e no desenvolvimento e crescimento do grupo Constrói Fácil enquanto um representante legítimo do cooperativismo e da economia solidária.

Arnóbio é um nordestino de procedência humilde que, como tantos outros, migrou para a cidade grande, na fascinação de ver um mundo novo e na tentativa de conseguir um futuro melhor que aquele que fora destinado a seus pais e avós.

“Eu passei muita fome no Nordeste, fome mesmo.(...) Você sabe qual era o meu maior sonho? O meu maior sonho quando eu era pequeno era comer carne até dizer não quero mais. E o outro sonho era ver um carro atrás do outro. Eu morava bem no interior e só tinha um carro na cidadezinha lá perto. Quando passava na estrada de barro, eu corria igual um doido para ver um carro passar. (...) Eu só fui escovar o dente com 16 anos de idade. Lá não existia isso. Eu perdi dois irmãos com 8 anos por causa de um arranhão no arame. Morreram de tétano. (...) Aqui a gente está tentando vacinar todo mundo para não ter esse problema.” (Arnóbio).

Sua expectativa foi bem sucedida. Iniciara trabalhando em obras, mas era um homem empreendedor e logo abriu seu próprio negócio. Em 1976, Seu Arnóbio já era o proprietário

de uma sub-empiteira que crescia e se tornava conhecida no mercado de construção civil do Rio de Janeiro que, na época, estava em expansão. Entretanto, seu Arnóbio se vê impossibilitado de trabalhar e precisando pedir auxílio de outras pessoas para ajudar na saúde de sua filha adoecida. Esses acontecimentos irrompem no fechamento da sua pequena empresa e o colocam para pensar sobre a necessidade de auxiliar o próximo, tal qual ele precisara ter sido ajudado recentemente.

“Eu vim da Paraíba só com o dinheiro da passagem, com o sonho de trabalhar, de ter o meu próprio negócio, de ter uma profissão. Fui servente de obra, meio oficial de carpinteiro, carpinteiro, mestre de obra. Depois abri uma sub-empiteira que pegava obra de uma empiteira que era muito famosa na época – a João Fernandes. Quando acabou a empresa eu tive a idéia de formar a cooperativa. Não era nem cooperativa. Era um grupo para produzir, para ajudar...”

Seu Arnóbio foi membro ativo da fundação e do desenvolvimento do projeto Shangri-lá. Envolvera-se intensamente com o trabalho e, em 1991, iniciava junto ao grupo a fundação da Cooperativa Constrói Fácil. Tiveram ajuda de algumas ONG's e da Igreja Católica que lhes prestaram consultoria e apoio financeiro para que entrassem em contato com outros empreendimentos e conhecessem um pouco sobre a proposta do cooperativismo.

“Na verdade a gente começou a saber de cooperativismo na época do Shangri-lá. (...). Até então, cooperativismo para a gente era uma palavra nova. No Shangri-lá colocaram para a gente essa proposta de cooperativismo e o CEDAC começou a passar para a gente o que é. (...) E aí, o pessoal que já fazia parte da Igreja já tinha uma discussão de democracia, de solidariedade... De certa forma, por causa da participação na igreja, todo esse assunto já tinha um pouco a ver com a gente, com as nossas ações no dia a dia.”

Idealizado sob a estrutura de uma cooperativa, inicialmente com quatro componentes, o grupo Constrói Fácil foi crescendo, agregando hoje 38 cooperados. É claro que, no início, não era uma cooperativa oficial, pois ainda não havia sido legalmente registrada; também seus participantes estavam começando a tentar entender o que vinha a ser cooperativismo e economia solidária. A legalização da Constrói Fácil foi realizada há 5 anos atrás, tendo seu regimento interno sido aprovado somente em dezembro de 2003.

Hoje, as duas experiências (Shangri-lá e Constrói Fácil) não caminham juntas, embora ainda mantenham membros em comum e relações de solidariedade entre os grupos. A vila de

Shangri-lá continua recebendo a ajuda e o apoio dos cooperativados da Constrói Fácil, mas não são mais duas experiências que se misturam. A cooperativa de que falamos cresceu, tornou-se independente e agregou novos membros, nem todos moradores dessa pequena vila. São experiências que começaram juntas e que têm uma história em comum, mas que hoje se apresentam como vivências distintas.

Tendo-se originado como um projeto paralelo à experiência de Shangri-lá, a Constrói Fácil cresceu e hoje reproduz-se gerando outros projetos, como o Casa&Cidadania. Trata-se de uma idéia recente que partiu da percepção de que muitos trabalhadores da cooperativa não possuíam casa própria. É um projeto que prevê a construção de casas para todos os trabalhadores da cooperativa e posterior abertura de possibilidades para a comunidade, buscando privilegiar as famílias mais carentes. As obras ocorrem em mutirões aos sábados e são destinadas não só aos cooperados, mas a famílias que entram em contato com o grupo e que são aceitas para fazer parte do projeto. Através de doações de ONG's e da ajuda de grupos particulares ligados à igreja católica, os associados conseguiram uma grande doação em dinheiro, o que possibilitou a compra de um terreno e de materiais de construção que estão sendo utilizados nas obras do projeto.

Eis uma fala que inicia a narração dos encaminhamentos que foram dados para iniciar e conduzir o funcionamento do projeto Casa&Cidadania:

“Muitos aqui não tinham casa própria, né. Junto com a cooperativa, conseguiram sua casa própria. Junto com a igreja, junto com as ONG's e a comunidade, a gente conseguiu o dinheiro para comprar o terreno. A idéia surgiu de uma reunião em que a gente perguntou para cada um seu sonho e a maioria disse que queria ter casa própria.” (Coordenador de obra).

Abordagem teórico metodológica

Em nosso percurso, trabalhamos com os conceitos de produção de subjetividades e singularização, além do conceito de emancipação social, já especificado anteriormente.

Quando dizemos produção de subjetividades, estamos querendo apontar para o seu caráter não natural, isto é, para os processos históricos de montagem das formas subjetivas. Nessa perspectiva, a subjetividade não se confunde com algo transcendente, algo já-dado. São processos que construirão certos objetos de interesse e conformarão modos de existir. Quando nos referimos, portanto, à produção de subjetividades, estamos utilizando-a enquanto uma maneira pela qual, a cada momento da história, prevalecem certas relações de poder-saber que produzem objetos, sujeitos, necessidades e desejos. (Barros, 1999).

Modos de subjetivação referem-se à própria força das transformações, aos processos de dissolução das formas dadas e cristalizadas de ser, sentir, dizer, viver. Trata-se de uma espécie de movimento instituinte que, ao se instituir, ao configurar um território, assume uma dada forma subjetividade. Os modos de subjetivação também são históricos, contudo, têm para com a história uma relação de processualidade e por isso não cessam de engendrar outras formas. (op. cit., 1999).

Em nossa pesquisa, estivemos constantemente nos remetendo às diferentes possibilidades de organização do trabalho que podem ser efetivadas através da economia solidária. Assim, entendemos que o mundo atual institui uma forma de ser sujeito que captura modos de existir, tornando-nos quase homogêneos. Contudo, nossos corpos, quase que invisivelmente, estão sempre instituindo modalidades de singularização à revelia dessa homogeneidade. Neste sentido, a singularização constitui-se como um movimento que, através do desejo, não nos deixa em paz; são movimentos de protesto do inconsciente contra esse processo de homogeneização. Trata-se da afirmação de novas possibilidades de existência.

O indivíduo competitivo, isolado, solitário, explorado, passivo é o indivíduo do capitalismo ocidental. Ele não é desse jeito porque possui uma “natureza” ou “essência” que assim o configure. Ele é assim porque foi produzido historicamente dessa forma. Isto é, houve uma série de situações que convergiram para a construção desse modo de ser indivíduo, desse modo de subjetivação. Porém, se esse indivíduo é produzido historicamente e não a priori, é possível que ele se diferencie. E é assim que caracterizamos as transformações processadas nesse sujeito – são movimentos de singularização.

Partimos da hipótese inicial de que a economia solidária abre caminho para um intenso processo de singularização dos indivíduos, através da conformação de novos processos de subjetivação. Através dela afirmam-se outros valores e, conseqüentemente, outros sujeitos. Acreditamos que há algo que se passa nesse meio de convivência que permite o despertar de novas idéias e de novos discursos. Essa dinâmica é o que chamamos de processos de subjetivação.

Para este trabalho, os interesses foram guiados no intuito de entender como funciona o processo de trabalho em empreendimentos de economia solidária, o que é diferente, o que é novidade e, principalmente, o que pode ser encarado como uma ruptura capaz de instituir resistências à conformação de indivíduos generalizados e de promover uma emancipação social desses trabalhadores, produzindo saúde em seus aspectos mais amplos.

Este estudo partiu da perspectiva da Saúde do Trabalhador, cujo objeto de estudo é o processo saúde e doença dos grupos humanos, tendo o trabalho como organizador da vida social, espaço de dominação e submissão dos trabalhadores pelo capital, mas, igualmente, espaço de resistência, de constituição e do fazer histórico. A saúde do trabalhador busca a explicação sobre a relação saúde doença nos trabalhadores, por meio do estudo dos processos de trabalho, de forma articulada com o conjunto de valores, crenças, idéias, as representações sociais e a possibilidade do consumo de bens e serviços, na moderna civilização urbano-industrial. (Mendes & Dias, 1991).

Atualmente, a tendência focalizada para a saúde é o redirecionamento das ações em função da capacitação das populações, para que estas tenham condições e autonomia para cuidar de sua saúde. O direcionamento das práticas em saúde guia-se para o que vem sendo chamado de *promoção da saúde*. Este termo se refere a uma mudança de atitude por parte dos vários atores sociais (organizações internacionais, governos, profissionais de saúde e comunidade) destinada a permitir que as pessoas tenham mais controle sobre sua saúde e a melhorem. “Partindo de uma concepção ampla do processo saúde-doença e de seus determinantes, propõe a articulação de saberes técnicos e populares, e a mobilização de recursos institucionais e comunitários, públicos e privados, para seu enfrentamento e resolução.” (Buss, 2000). Um dos eixos básicos do discurso da promoção da saúde é o fortalecimento da idéia de autonomia dos sujeitos e dos grupos sociais.

Os pressupostos teóricos e metodológicos de que partem o campo da Saúde do Trabalhador guardam muitas interfaces com a perspectiva da promoção da saúde. Essas aproximações dizem respeito a vários aspectos, em especial à concepção positiva de saúde, que rompe com a abordagem hegemônica de vinculação da doença a um agente específico ou a um grupo de agentes existentes no ambiente de trabalho. As intervenções em Saúde do Trabalhador pautam-se na concepção de que a saúde não significa apenas a ausência de doenças ocupacionais e acidentes de trabalho, mas também, e principalmente, a transformação dos processos de trabalho em seus diversos aspectos, na direção de buscar não somente a eliminação de riscos pontuais que podem ocasionar agravos à saúde, mas uma outra inserção do trabalhador no processo produtivo que seja potencializadora de saúde e de vida (Brito & Porto, 1991). Tanto no campo da Saúde do Trabalhador quanto para a promoção da saúde, enfatiza-se o caráter de multideterminação do processo saúde/doença, guardando relação com aspectos econômicos, sociais, políticos e ambientais.

No que tange à promoção da saúde, o conceito de *empowerment*, um dos seus principais alicerces, aproxima-se da idéia de emancipação social, explicitada nas páginas

anteriores. Nos termos de Vasconcelos (2004), empowerment significa o aumento do poder e da autonomia pessoal e coletiva de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais, principalmente daqueles submetidos a relações de opressão, discriminação e dominação social. Segundo o autor, um dos aspectos fundamentais do empowerment diz respeito às possibilidades de que a ação local fomente a formação de alianças políticas capazes de ampliar o debate da opressão no sentido de contextualizá-la e favorecer a sua compreensão como fenômeno histórico, estrutural e político. O trabalho comunitário, que busca o empowerment, contribui para o surgimento de um tecido social fortalecido pelas interações que promove, evidenciadas pelo caráter dialético e contraditório presente em todas as relações sociais e essencialmente conferindo poder ao sujeito social envolvido.

Segundo Becker et.all (2004), referenciando Laverack e Labonte (2000),

“Programas que trabalham na perspectiva do empowerment comunitário são considerados pela literatura como utilizando uma abordagem bottom-up – de baixo para cima – em contraposição a programas verticais, top-down – de cima para baixo –, que são propostos a partir de uma perspectiva institucional, focalizados em questões ligadas à prevenção de doenças e a mudanças de comportamento, e na qual o empowerment é visto apenas como instrumental.”

Ainda segundo Becker et. all (2004) apud Wallerstein (1992) e Wilkinson & Marmot (2003), os programas bottom-up são iniciados a partir da visão e da percepção da comunidade, e consideram um aumento na sua capacidade e poder como importantes resultados para a melhoria da saúde. Esta polaridade tende a se extinguir na medida em que cada vez mais surgem evidências da importância do empowerment comunitário e individual (e de suas dimensões, tais como auto-estima, auto-eficácia, legitimidade política, coesão social, pertencimento e redes de apoio) para a promoção da saúde.

Segundo Alves (2003), o enfoque da promoção da saúde vem se colocando como um instrumento poderoso para que a Saúde do Trabalhador possa integrar-se e sair do isolamento em que se encontra nas políticas públicas de saúde, por meio de sua inserção na proposição de políticas saudáveis, procurando mostrar que os problemas de saúde por essa área colocados não dizem respeito apenas aos trabalhadores, mas também ao meio ambiente e à população como um todo, em termos de condições de moradia e de saneamento, acesso à educação e a serviços de saúde, entre outras coisas.

Talvez as associações entre a idéia de empowerment e os conceitos de autogestão e emancipação social possam apontar para o limite do trabalho assalariado e a brecha

possibilitada pela economia solidária para a promoção da saúde dos trabalhadores. Com a adoção do princípio da autogestão, abre-se a possibilidade para que os próprios trabalhadores implementem mudanças no seu ambiente e organização do trabalho, configurando-se como uma efetiva atuação em promoção da saúde e saúde do trabalhador. Porém, não podemos falar em promoção sem antes especificar qual o nosso entendimento em relação à saúde, para o qual consideramos fundamental discutir a forma como as relações de produção têm se organizado em nossa sociedade. A categoria trabalho é essencial nesta discussão, dado o seu caráter de centralidade na vida dos indivíduos.

Entendemos, contudo, que essa atividade humana sobre a natureza não foi sempre a mesma, e que determinadas condições históricas, políticas e econômicas favoreceram a emergência do trabalho com características e significados radicalmente diferentes. Isso significa que podemos também construir outras características e significados para a idéia de trabalho. E esse tem sido o nosso desafio, já que a forma como o trabalho passou a ser organizado, com a emergência do capitalismo, escapa em muitos momentos, de seu pretensão “papel humanizador”, levando o homem a se submeter a determinadas condições de sofrimento físico e mental, contribuindo, assim, para o seu adoecimento.

Somos uma sociedade em que todos trabalham (ou gostariam de poder trabalhar), em que os indivíduos se definem a partir de sua posição na escala de produção, em que, para a grande maioria da população, a ausência de trabalho não só implica problemas com a sobrevivência de si e da família, mas problemas para a identidade social desses indivíduos que, quando sem trabalho, parecem perder o próprio status de cidadãos do mundo. O trabalho é importante porque é através dele que nos objetivamos socialmente e que nos modificamos continuamente. O homem modifica a natureza pelo trabalho que, depois de atender às necessidades de sobrevivência, cria novas necessidades de consumo e, conseqüentemente, objetos para satisfazê-las. Ao transformar a natureza, o homem cria novos objetos. Assim, podemos dizer que o objeto está impregnado da atividade humana. Também, na ação de fazer, o homem se transforma.

Em nossa concepção de saúde, concordamos com o filósofo e médico Georges Canguilhem (1978), ao dizer que a saúde implica desobedecer, produzir ou acompanhar uma modificação. Assim como o autor, entendemos que promover a saúde não é apenas buscar o equilíbrio e o bem-estar, mas dar condições de escolha e criação aos indivíduos. No que se refere ao campo da saúde do trabalhador, isso significa que o trabalho não é somente um modo de ganhar a vida – é também uma forma de inserção social onde os aspectos psíquicos e físicos estão fortemente implicados. O trabalho pode ser um fator de deterioração, de

envelhecimento e de doenças graves, mas pode também constituir-se em um fator de equilíbrio e de desenvolvimento (Dejours et al., 1993). A possibilidade da segunda hipótese depende do papel que o trabalho assume na vida do sujeito: se lhe permite criar e produzir conforme seu ritmo interno, não escravizando-o, mas oferecendo momentos de prazer e satisfação quando da execução da atividade.

Neste sentido, para a saúde, é tão importante a liberdade – não como um pré-requisito, mas como um elemento relevante. Falamos de saúde como uma forma diferenciada e específica a cada sujeito, que tenta se adequar às variações pelas quais tem que conviver. A ausência de saúde não é a doença, nem é a possibilidade de causar a morte enquanto fim da vida, mas tudo o que causa um certo sofrimento inaceitável em vida, qualquer forma de morte-em-vida. Saúde é a luta pela vida, é ter metas e objetivos com perspectivas de alcance (mesmo que obscurecidas pela realidade, mesmo que utópicas). É a esperança, sem se confundir com uma perseverança passiva.

Enfim, falar em saúde é apontar para a capacidade de quebrar regras dadas que nos causam mal-estar. É também ter condições de criar novas regras, de acordo com os nossos interesses, saindo da passividade de aceitar os fatalismos e construir estratégias de mudar o ambiente que nos rodeia.

Tratamento e interpretação dos dados

Para o tratamento dos dados foram consideradas primeiramente as condições cotidianas dos indivíduos estudados. Quisemos saber de que lugar esse sujeito falava, pois sabemos que esse posicionamento tem influência fundamental na constituição dos seus discursos. Ao falar, o indivíduo expressa um saber que é compartilhado com outros, do ponto de vista moral, cultural e cognitivo. É preciso um esforço do pesquisador para “colocar-se no lugar do outro” e, só depois, exprimir suas análises e conclusões. Em nossa abordagem, os resultados são considerados como uma aproximação da realidade social, não podendo confundir-se com ela. Pressupõe-se também a impossibilidade de haver um pesquisador neutro. Ou seja, em nosso trabalho de análise, somos constantemente influenciados pela nossa formação profissional, política, cultural e histórica. Ao pesquisar, imprimimos modificações no ambiente e nos sujeitos observados, sendo também transformados por essa experiência.

Percebemos, no percurso da investigação, a importância de destacar a figura do Arnóbio, enquanto líder e mediador/indutor de mudanças e reflexões do conjunto de trabalhadores estudado. Consideramos importante destacá-lo porque percebemos a influência

que ele exerce sobre o grupo, a força que têm suas palavras e a atitude mediadora, carismática e democrática que procura assumir junto aos colegas de trabalho.

Para a interpretação dos dados, não analisamos apenas aquilo que foi dito, mas procuramos estabelecer um olhar sobre aquilo que não era falado, as expressões de recusa, os silêncios, as euforias, a informalidade e as peculiaridades não percebidas e naturalizadas no dia-a-dia. Buscamos entender as falas e as práticas como o resultado de um processo social (trabalho e dominação) e processo de conhecimento (expresso em linguagem), ambos frutos de múltiplas determinações, mas com significados específicos.

Objeto de estudo

Partindo do histórico narrado pelos trabalhadores da cooperativa Constrói Fácil, interessamo-nos por sua origem, pelos passos que vêm sendo dados, pelas dificuldades enfrentadas, pelos obstáculos ultrapassados, por suas expectativas futuras e pela forma como têm se constituído enquanto um empreendimento autogestionário. Entendendo ser este um processo de construção difícil, que existem barreiras ligadas a uma cultura de assalariamento e submissão, utilizamos o discurso desses sujeitos – que é uma amostra de como percebem essa experiência que vivenciam – para chegar ao foco dos nossos questionamentos. Neste percurso, temos plena ciência de que esses indivíduos são diferentes e que elaboram percepções distintas, que variam conforme suas histórias de vida, os contatos que tiveram, o tempo que possuem na cooperativa, a forma como encaram as diversas situações, etc.

Nossa intenção nesta pesquisa foi, através de um estudo de caso, investigar as mudanças nas condições e na organização do trabalho que um empreendimento de economia solidária possibilita e como se implementam na prática. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que busca entender esta tentativa de escapar à crise do trabalho - por mais que possa parecer provisória - e de perceber o que representa para os trabalhadores em questão, tendo ciência de que um processo autogestionário esbarra em inúmeras dificuldades decorrentes de uma cultura de assalariamento e de submissão.

Como instrumento de coleta, utilizamos entrevistas individuais e/ou coletivas semi-estruturadas, marcadas conforme interesse e disponibilidade dos cooperados, e a observação participante do cotidiano do trabalho. Foram realizadas 27 entrevistas, no início do ano de 2004, todas dentro de seu próprio ambiente de trabalho.

A idéia inicial era que as entrevistas seriam gravadas e transcritas para posterior análise. No entanto, houve inúmeros contratemplos e dificuldades para essas gravações, por precisarem ser feitas no próprio ambiente de trabalho dos associados. O alto nível de ruído

das obras dificultou ou impossibilitou efetuar algumas transcrições. Para solucionar essa situação e não prejudicar as entrevistas posteriores, foram feitas anotações em um diário de campo.

Essa forma de registro, apesar de um esforço por não perder nenhum detalhe, talvez tenha-nos obrigado a deixar escapar algumas informações valiosas, dada a sobrecarga de conduzir uma entrevista, anotar, ouvir e observar. De qualquer forma, acreditamos ter conseguido selecionar os dados mais importantes para os objetivos desta pesquisa.

Cabe apontar a necessidade exigida para que nos adaptássemos ao vocabulário dos trabalhadores entrevistados. Parecia que utilizávamos linguagens diferentes. Muitos não entendiam o que falávamos, precisando reformular frases, perguntas e comentários de várias formas diferentes. Outros entendiam, mas não sabiam como traduzir em palavras aquilo que gostariam de dizer, muitas vezes terminando por utilizar respostas reduzidas para diminuir o trabalho de formulação. Em outras ocasiões, a recíproca era verdadeira. Houve um grande esforço por incentivar nossas verbalizações, tentando superar as restrições de vocabulário, a falta de hábito de falar de si mesmo e um possível descompasso entre a linguagem da pesquisadora e dos trabalhadores. Este fato limitou um pouco o grau de aprofundamento das respostas.

Para o conhecimento da organização do trabalho foram utilizadas entrevistas individuais com os representantes da cooperativa e a observação do cotidiano de trabalho. A observação deu-se na tentativa de apreender como se dão a divisão de tarefas e as relações hierárquicas e de liderança, como se organizam os processos decisórios e qual o grau de controle e autonomia que cada trabalhador pode exercer sobre o seu dia-a-dia de trabalho. Nesse momento, observamos também se esses trabalhadores adotavam medidas de proteção contra acidentes e doenças ocupacionais e como isto se dava.

Para interpretar os novos significados que adquire o trabalho a partir da tentativa de instauração de um processo autogestionário, foram incluídos em nosso roteiro, entre outros assuntos: o percurso pessoal e profissional desses trabalhadores antes de se inserirem na cooperativa; os discursos que elaboram sobre essa experiência de trabalho que estão vivenciando; as representações que elaboram sobre o trabalho na cooperativa, o que têm aprendido com essa experiência, como se dá a relação com os outros colegas de profissão, como comparam o trabalho cooperativo com o trabalho assalariado, vantagens e dificuldades apontadas. Houve grande preocupação em diferenciar as pessoas com quem conversamos, pois sabemos que cada uma delas foi se incorporando à cooperativa em momentos distintos, o que marca diferenças em suas representações sobre o trabalho na cooperativa. Percebemos a

importância de pesquisar e demarcar a heterogeneidade do grupo – fato que influenciou e continuará influenciando todos os momentos do conjunto estudado.

Para investigar elementos reveladores de um processo de emancipação social, algumas perguntas foram formuladas sobre os seguintes aspectos: relações de solidariedade, busca de autonomia, iniciativas e participação em movimentos comunitários e políticos, além de modificações auto-percebidas no comportamento individual e coletivo após o contato com o trabalho cooperativo.

Por fim, conversamos sobre saúde, buscando entender se houve mudança (individual ou coletiva) de atitude em relação às suas condições de saúde no trabalho, perguntando: o que os preocupa, se tomam medidas de proteção, o que pensam e se há empenho na reformulação da organização do trabalho para a prevenção de danos à saúde e para o controle de acidentes e que procedimentos adotam em caso de acidente com algum trabalhador da cooperativa.

CAPÍTULO III

Encontros e desencontros no processo cooperativo: resultados e análise

Neste capítulo, descrevemos o resultado de nossas entrevistas e observações. Procuramos mostrar como funciona e se organiza a cooperativa em questão, destacando suas diferenças e peculiaridades. Apontamos ensinamentos que essa experiência pode nos trazer no que diz respeito à organização do trabalho, dando destaque à construção do processo de autogestão e em suas implicações do ponto de vista psicossocial.

Em sua maioria, os entrevistados são pessoas que nunca tiveram qualquer experiência anterior com o cooperativismo, estando ainda num processo de construção desse entendimento e dessa forma de ser trabalhador. A maioria do grupo é formado por pessoas de baixa escolaridade que trabalharam quase que exclusivamente no campo da construção civil. Muitos deles afirmam gostar do que fazem, embora poucos formulem planos de continuar trabalhando em obras por muitos anos. Alguns são moradores da comunidade de Shangri-lá, outros são parentes, amigos ou conhecidos dos cooperados, sendo que há muitos familiares e conhecidos do Sr. Arnóbio, o que dá à Constrói Fácil contornos de um empreendimento familiar.

No primeiro tópico, descrevemos a forma de organização, da cooperativa: como dividem funções, como remuneram os trabalhos, como estabelecem relações comerciais, como se dá a divisão dos homens, quais as regras para entrada e saída de novos sócios e como é possível a ascensão profissional dentro do grupo. No segundo tópico, descrevemos os discursos que encontramos a respeito da participação nas decisões do grupo e das formas de liderança, destacando a figura carismática do Arnóbio, cuja atuação é de grande relevância no percurso desses trabalhadores. Falamos também da participação de alguns agentes externos que, através de um suporte técnico, têm dado importante contribuição para o desenvolvimento do grupo.

A seguir, falamos sobre a valorização do trabalho na cooperativa, trazendo muitas falas que descrevem a importância assumida pelo trabalho na vida desses cooperados, as diferenças que percebem entre sua situação laboral e a de outros trabalhadores da construção

civil, o orgulho que sentem da cooperativa de que são sócios e a satisfação ao falarem do seu trabalho.

Na seqüência, falamos de mudanças autopercebidas após o contato com a cooperativa e da influência do grupo no interesse por questões comunitárias, políticas e sociais. No tópico seguinte, ressaltamos a importância que os cooperados atribuem à participação em projetos sociais e descrevemos as inúmeras iniciativas de que seus membros fazem parte. Logo após, abordamos as dificuldades e limitações percebidas por esses trabalhadores, apontando alguns caminhos na tentativa de sua resolução.

Organização

O Grupo Constrói Fácil tem um regimento interno que determina suas normas gerais de funcionamento. De acordo com esse regimento, todas funções de planejamento da cooperativa devem ser realizadas por comissões, sendo obrigatória a participação de todos em pelo menos um desses grupos de trabalho. Entretanto, essa participação é limitada. Na prática, segundo os cooperados, são poucos aqueles que acabam assumindo todos os compromissos de cada comissão.

“O pessoal participa pouco. Outros moram longe. Alguns vão só para contar presença, mas não se interessam.” (coordenador de obra, membro do conselho deliberativo).

Inicialmente, eram 5 comissões: obra, mobilização, segurança, formação e finanças. Com a falta de participação de seus membros, as comissões tiveram que se mesclar, restando três delas apenas (com muitos nomes de participantes e poucos que efetivamente exercem essa função): (1) comissão de obra e segurança, (2) comissão de formação e mobilização e (3) comissão de finanças.

A comissão de obra e segurança é responsável por encontrar terrenos passíveis de construção, elaborar projetos de obra, aprová-los, localizar um investidor e iniciar todos os trâmites burocráticos relativos à contratação e à efetivação do serviço. Faz-se também um orçamento prévio e uma previsão de vendas e de lucros após o término da construção. O investidor é solicitado a comprar o terreno e o material de construção e a pagar a mão de obra dos cooperados. Aos associados, cabe a execução da obra que, após concluída, é devolvida ao proprietário que fez a compra do espaço físico para que providencie a venda das casas. Aos cooperados não cabe qualquer parte no lucro da obra entregue.

Em geral, quem procura o terreno e cria o projeto de construção é o Sr. Arnóbio, contando com o apoio de um arquiteto de renome na cidade, que assina e registra os seus

projetos, dando-lhe o suporte legal para o caso de fiscalização do trabalho. Após, o próprio Arnóbio localiza o investidor e reúne a comissão de obra para fazer a seleção dos trabalhadores que serão alocados nessa nova frente de trabalho. Tal funcionamento é confirmado pelo Sr. Arnóbio na fala abaixo:

“A comissão de obra tem a função de fazer o projeto. Mas sou eu quem tenho tempo e me dedico mais nisso. A comissão de obra fica mais controlando a obra no dia-a-dia. Então eu sou a pessoa destinada, até pelo meu conhecimento no mercado. Eu que me envolvo mais, mas é sempre de acordo com a comissão de obra. Tem que combinar com a comissão de obra”. (Arnóbio).

As obras costumam guiar-se pelo que consta no projeto, incluindo sugestões do comprador do terreno. Em geral, as atividades são concluídas dentro do prazo estipulado, ou até antes; algo que não é muito comum na área da construção civil e que conta como um ponto a mais para a Constrói Fácil, gerando a satisfação do investidor e a possibilidade de manutenção da clientela e conquista de novos interessados pelo trabalho; tudo isso a partir da boa fama e da publicidade “boca-a-boca” (espontânea).

Uma característica marcante do funcionamento desta cooperativa é a ausência de contrato formal para a prestação de serviços. Não é exigido qualquer documento de comprovação dos acordos estabelecidos entre a cooperativa e o empresário que investirá na compra de terreno e materiais de construção. Os contratos são verbais, baseados na confiança mútua, pura e simplesmente. Tal forma de funcionamento é peculiar a esta cooperativa e nos remete à terminologia da palavra solidariedade que, segundo Lechat (2002), vem de *solidum*. A palavra *solidum* fazia parte da linguagem jurídica romana e designava *responsabilidade comum*, relacionando-se a um laço de inter-dependência. A solidariedade dos antigos, regida por relações face a face (comunitárias, familiares e de vizinhança), era fonte de sentido, abrigo e segurança diante das adversidades da vida. Esse significado, entretanto, veio se modificando junto às inovações da modernidade. Uma nova solidariedade vem se conformando como reduzida ao mundo do privado e do íntimo (onde se restringe ao círculo familiar e às formas caritativas) e às formas racionalizadas institucionais e corporativas, em geral mediadas pelo Estado – asfixiando a solidariedade que nasce na concretude das relações que ligam os indivíduos uns aos outros.

A peculiaridade do estabelecimento de contratos verbais contraria todo o funcionamento da economia nacional, que estipula métodos para evitar que qualquer das partes do contrato violem as regras pré-estabelecidas. Temos uma legislação que pressupõe a

violação das regras e que, por isso, protege-se estipulando a necessidade de se formalizar contratos com cláusulas que detalhem todas as etapas e procedimentos de cada acordo.

Além de projetar a obra e de estabelecer o contrato verbal, a comissão de obra e de segurança também se responsabiliza por questões ligadas à segurança no trabalho. Devem preocupar-se em orientar os associados para que tomem medidas de proteção, indicar a compra de equipamentos de segurança e fiscalizar as obras, intervindo em caso de necessidade.

A comissão de mobilização e formação encarrega-se de representar a cooperativa em fóruns e reuniões em outros espaços, organizar as reuniões de capacitação técnica e de formação sobre cooperativismo, incentivar a participação do grupo em momentos políticos organizados pelos trabalhadores, pesquisar temas de interesse que possam contribuir com a formação permanente das comissões de trabalho, organizar eventos de solidariedade, promover a integração do grupo, além de incentivar projetos para melhoria da qualidade de vida dos cooperados e de outros grupos populares. Tal comissão enfrenta forte dificuldade por realizar suas atribuições, dentre as quais: a falta de interesse dos cooperados e o despreparo técnico para ensinar sobre assuntos que os próprios membros da comissão desconhecem.

A comissão de finanças tem a função de auxiliar o tesoureiro na organização da contabilidade, de receber, pagar e prestar contas dos saldos da cooperativa a cada 2 meses e de formular o planejamento das despesas da cooperativa para ser aprovado nas assembléias.

Na cooperativa, todas as decisões são tomadas por um conselho deliberativo, devendo ser convocada uma assembléia geral em casos de aprovação de gastos, integração de novos cooperados, desligamento de membros, mudanças no regimento interno e outras situações em que o conselho considerar necessário.

O conselho deliberativo é eleito em assembléia, podendo qualquer membro associado convocar uma reunião extraordinária para contestar alguma decisão ou propor novas sugestões. O conselho deliberativo exerce sua função sem autoritarismo, incentivando a participação e a responsabilidade. Não há relações hierárquicas no grupo, posto que todos são donos da cooperativa. Há, entretanto, divisão de funções – o que diferencia a atividade e o pagamento semanal dos membros. Tal pagamento é denominado *retirada* e é calculado de acordo com a função exercida e com o número de horas trabalhadas no período.

As funções desempenhadas são: coordenador, profissional (pedreiro, electricista, bombeiro, etc.), meio-oficial, aprendiz e ajudante. Em geral, existe a possibilidade de aprendizagem de novos ofícios, com chances de troca de função. Os próprios colegas se ajudam e se ensinam, contribuindo para uma maior aprendizagem no trabalho.

Na cooperativa existem regras de entrada para cada novo sócio: é preciso que seja indicado por um integrante do grupo, que tenha o conhecimento técnico da atividade que vai exercer e que conheça e declare estar de acordo com a doutrina do cooperativismo. Entretanto, esse conjunto de regras é extremamente elástico e permite, por exemplo, que uma pessoa sem qualquer conhecimento de construção civil junte-se ao grupo pelo simples motivo de que precisa de uma oportunidade de trabalho. Nessas situações, o grupo ensina-o a trabalhar, explica-lhe os serviços, pede-lhe que se integre em uma das comissões e que participe das reuniões de formação para que possa entender sobre cooperativismo e autogestão.

Também existe a possibilidade de ascensão dentro da cooperativa. Há uma espécie de plano de carreira, que começa com a função de ajudante de pedreiro e pode terminar no papel de coordenador de obra. À medida em que se cresce nesse patamar, aumenta o valor das retiradas financeiras. Os colegas ensinam aos outros suas atribuições e, conforme aparecem oportunidades, as pessoas vão assumindo novas funções. O critério para ascensão baseia-se na capacitação e na necessidade do trabalhador. A necessidade é avaliada pelos seguintes fatores: número de integrantes da família, situação domiciliar, caso de doença em família, etc.

“Quero ser promovido pra pedreiro. Às vezes, faço algum serviço de pedreiro pra ir pegando a prática. O pessoal ajuda, orienta.” (meio oficial).

A tentativa de alcançar as quatro condições definidas por Eschenburg (1983) - produtividade, efetividade, capacidade de equilíbrio e estabilidade (relatadas no capítulo 1) -, constitui-se como parte do processo de construção da autogestão que, na Constrói Fácil, caminha lentamente. É um percurso difícil, mas que tem acumulado vitórias – lentas e só vistas com um olhar atento. São mudanças difíceis de medir, pois se referem a modificações de pensamentos, de atitudes e de modos de ser de cada indivíduo.

Liderança e coletividade

Com base nas entrevistas, destacamos diferentes tipos de discursos e práticas referentes à participação nas decisões da cooperativa. Algumas pessoas destacam em suas falas um forte interesse por participar dos movimentos, discussões e assembleias do grupo. São trabalhadores que fazem questão de demonstrar o quanto se envolvem “de corpo e alma” com as preocupações e questões essenciais da cooperativa. A grande maioria deles é constituída por membros do conselho deliberativo da cooperativa e/ou coordenadores de obra, estando junto ao grupo desde sua fundação, já próximos do período de sua aposentadoria. Há uma preocupação dessas pessoas em capacitar os outros cooperados para assumirem suas

posições, como que preparando terreno para uma saída há muito planejada e constantemente adiada. São pessoas que torcem pelo crescimento da cooperativa, vibram com suas vitórias, sofrem com suas derrotas, esforçando-se por fazê-la crescer. Em geral, sentem orgulho do trabalho que fazem e gostariam de poder aumentar a abrangência de sua atuação (em cooperativismo e na disseminação de ideários de solidariedade e autogestão). Sentem-se preocupados com o futuro da cooperativa e freqüentemente se abatem com as críticas que recebem. Em suas falas revela-se grande preocupação e empenho para que aumente a participação e envolvimento do restante do grupo com as questões ligadas à cooperativa.

“Daqui a uns 3 anos, se Deus quiser, eu já estou aposentado. Por enquanto, eu quero progredir cada vez mais com a cooperativa, quero ver ela crescer.”
(coordenador de obra).

Há outros entrevistados que descrevem sua participação de forma mais restrita. Em geral, presenciam todas as reuniões e assembléias; mas nem sempre conseguem acompanhar os conteúdos discutidos. Seus votos baseiam-se nas opiniões mais aceitas, fortalecendo posições dominantes. Não costumam dar opinião e alguns sentem vergonha por não conseguirem se posicionar a respeito de algum assunto. Muitos não entendem do que se trata o cooperativismo e o encaram apenas como mais um tipo de trabalho, embora percebam diferenças referentes à liberdade de horários e flexibilidades hierárquicas. Outros dizem votar segundo a opinião daqueles em quem confiam, acreditando que eles tenham o bom senso para sempre preferir a melhor solução. Trata-se de um grupo reduzido que, apesar de relatar uma participação e envolvimento diminuídos junto às decisões da cooperativa, fazem referência ao desejo de conhecer melhor a experiência de que fazem parte, havendo dificuldades quanto ao seu entendimento. Não se identifica desinteresse, pois se preocupam em manter-se informados dos acontecimentos; entretanto, valem-se do argumento de que não entendem e deixam a tomada das decisões para outros colegas que julgam ter mais condições de fazê-lo (não associando-as à sua capacidade, mas ao conhecimento técnico que possuem).

“Não falo nada porque eu não sei falar. Deixo para quem entende dessas coisas.” (servente de obra).

“Voto sempre por último porque senão o pessoal copia o voto.”
(coordenador de obra e membro do conselho deliberativo).

Há, entre esses trabalhadores, uma idéia de que o Arnóbio seja o patrão, embora ele mesmo procure evitar isso. Muitos trabalhadores apóiam-se em sua figura de líder carismático, concordando com suas recomendações e opiniões, não tendo coragem nem

convicção para contestá-las. Não é uma questão de medo, mas uma relação de confiança e admiração.

“O Arnóbio é o cabeça. É ele quem começa a reunião. As pessoas pensam que ele é o chefe. Se o Arnóbio fala qualquer coisa todos acompanham.”
(coordenador de obra).

“Tem gente que vê o Arnóbio como se ele fosse o patrão. Aí ele tenta não falar para o pessoal poder falar, porque ninguém tem coragem de discordar dele.” (Pedreiro).

Na cooperativa, o Arnóbio, é visto como um exemplo a seguir entre os seus colegas cooperados. Admiram-no por sua experiência, pelo seu conhecimento e credibilidade na área de construção civil e pela sua bondade, tantas vezes demonstrada nas práticas solidárias e de abdicação que efetivou em sua vida pessoal e dentro da própria cooperativa.

“O Arnóbio sempre teve bom coração. Ele chegou num ponto da vida que já estava bem. Aí começou a ajudar as pessoas que estavam no meio dele. Então, de tanto ajudar as pessoas, ele viu o grupo crescendo e desenvolvendo.”
(coordenador de obra).

Há outros depoimentos cujo conteúdo demonstra uma menor sensibilização com a abrangência do projeto de que fazem parte esses trabalhadores. Segundo alguns cooperados, parecem ver a cooperativa como uma mera forma de ganhar mais dinheiro, agindo como se fossem empregados, não se envolvendo em decisões e opinando apenas quando o assunto diz respeito a questões financeiras da cooperativa. Esse tipo de discurso foi comum nas entrevistas que realizamos e deixou marcante a prioridade de interesse sobre a retirada financeira dos finais de semana e do final do ano. Nas falas, foram expressas opiniões de que as reuniões são perda de tempo e que não havia grande interesse pelos demais assuntos da cooperativa. Seus colegas os acusam de participarem da assembléia apenas em função de sua obrigatoriedade e de opinarem principalmente quando o assunto é dinheiro. Eles são criticados por direcionar suas falas no intuito principal de corte de gastos e do aumento do valor de suas retiradas. Esses trabalhadores não participam das reuniões de formação e percebem que anulam suas opiniões nos demais assuntos, pois se guiam pelo voto das majorias ou daqueles companheiros com quem mais simpatizam. Entre esses cooperados, predominam aqueles que estão há menos tempo na cooperativa, sendo a grande maioria formada por indivíduos não contemplados pelas experiências Shangri-lá e Casa&Cidadania; muitos deles moram em outra cidade na baixada fluminense (Nova Iguaçu) e indicam a

distância como motivo principal de sua pequena participação junto às reuniões e mobilizações promovidas pelo grupo. A grande maioria não vislumbra ambições de crescimento profissional e ainda está em processo de aprendizagem quanto aos diferenciais entre a experiência a que pertencem e outras organizações de trabalho ligadas à construção civil. Predomina entre eles as funções de servente e ajudante de obra, a grande maioria tendo tido acesso ao grupo a partir do grau de parentesco com algum dos outros membros.

“Esse negócio de tomar decisão para mim não influi, porque eu participo pouco disso.” (Pedreiro).

“Quando é definido o destino do dinheiro acumulado no ano), vai todo mundo.” (coordenador de obra).

“Eu não sei o que é isso. Eu, sinceramente não gosto muito de reunião. Eu acho que a gente tem mais que trabalhar. Esse negócio de reunião, reunião eu não sou muito chegado. Para mim é perda de tempo.” (Pedreiro).

É importante esclarecer que distinguimos esses grupos para facilitar o estudo, mas deve ficar claro que o que há são oscilações entre participação e não participação. Estas acontecem como um percurso que tende a se iniciar com características do terceiro grupo descrito e caminhar em direção ao primeiro. É um percurso lento e peculiar a cada sujeito, que vai se delineando à medida em que aumenta a convivência com o pensamento cooperativo e com a experiência do grupo. Utilizamos essa distinção por grupos apenas didaticamente para indicar as diferentes atitudes que vimos em relação à participação. O que conta, porém, é que se trata de um conjunto heterogêneo que sofre a influência das formas de ser/ver/pensar/agir do mundo atual, em embate com o pensamento cooperativo solidário, com o qual entram em contato em seu espaço de trabalho. Durante este embate, vão-se construindo e reconstruindo enquanto sujeitos, oscilando entre o hábito aprendido da submissão e o exercício da participação e da tomada de decisões com responsabilidade. É impressionante perceber as mudanças de pensamento pelas quais vão passando esses indivíduos à medida em que vão convivendo mais com essa experiência de trabalho.

Nesta busca por autonomia, tem sido essencial o apoio de alguns agentes externos (apoio técnico e financeiro) e, em especial, a participação de algumas lideranças. O papel de líder exercido pelo Sr. Arnóbio e a admiração e influência que ele tem sobre o grupo exemplifica o quanto essa função é importante. Seu esforço no sentido de preparar substitutos e de aumentar a participação da coletividade tem sido lentamente retribuído, à medida que as pessoas vão entendendo sua proposta e as assumem como suas, ajudando no fortalecimento e

na divulgação dos ideais preconizados pela cooperativa. É interessante notar que o papel desse líder não assume uma função de autoridade impositiva, mas autoridade legítima. Esta é proveniente de um sentimento de admiração e respeito em relação àquele que os coordena. A autoridade exercida pelo Sr. Arnóbio é semelhante à influência exercida por um ídolo; tal influência caracteriza-se pelo oferecimento de um modelo, de um conjunto de atitudes que lhes inspira segurança, permanência e estabilidade num mundo cada vez mais inseguro, dinâmico e mutável. E é essa a função principal e bem-sucedida que tem sido exercida pelo Sr. Arnóbio nesta cooperativa.

Eis, nas falas de um cooperado, a opinião frequentemente presente sobre o Arnóbio:

“A reunião não dá muita polêmica não. O pessoal fala pouco. Eles acham que o Arnóbio é o chefe e guiam-se muito pela opinião dele. Ele tenta evitar, mas o pessoal está naquele esquema patrão-empregado. Eu mesmo já cheguei a decidir que não falo mais na assembléia. Vou só lá e voto – por último, que é para o pessoal não imitar” (membro do conselho deliberativo).

A experiência dessa cooperativa vem mostrar que a coletividade pode ser eficaz, não dependendo da existência de alguém que comande. É claro que figuras de liderança são necessárias, não para tomar as decisões, mas para ser um mediador – alguém que possibilite a tomada de atitudes pela coletividade. O líder nesse caso é um intermediário entre o coletivo, e não um mandante deles.

Valorização do trabalho

Uma das formas que utilizamos para entender os valores atribuídos ao trabalho na cooperativa foi pedir-lhes que comparassem sua situação atual de trabalho com a que teriam se estivessem trabalhando para uma empresa. As comparações mais frequentes apontaram para as constatações narradas abaixo.

O aspecto positivo mais apontado pelos cooperados foi a liberdade, a possibilidade de auto regular seus horários e de faltar quando necessário. Segundo os entrevistados, essa liberdade não compromete a produtividade e até ajuda a aumentá-la, já que quanto mais se trabalha maior é a retirada de cada trabalhador.

“Na empreiteira é o mesmo ritmo direto. Aqui é de acordo com você. Se está cansado, faz um serviço mais leve. Lá não pode faltar porque mandam embora. Aqui posso ficar em casa. O encarregado não pega no pé, não dá esporro. Lá eles querem tirar o seu sangue.”(Servente).

“Aqui a gente tem mais liberdade, não tem pressão de horário. Todo mundo é igual e tem que ter responsabilidades. Só depois que vem a brincadeira (...) O melhor daqui é a liberdade: a gente chega se quer, falta quando quer.”(Eletricista).

“Não tem dinheiro que pague essa liberdade que a gente tem de trabalhar. Não tem que aturar patrão. Na empresa, se você faz uma coisa errada, você está ferrado. Aqui a gente tem o direito de errar e de consertar o erro (...) Quem já sentiu o gostinho de tomar decisão, de ter liberdade, é difícil acostumar com outra coisa.”(Tesoureiro).

A essa maior liberdade alia-se um conseqüente aumento das responsabilidades, criando um diferencial capaz de produzir cansaço físico, fadiga mental e demais preocupações:

“Quando contratado por uma empresa você está realmente livre de trabalho no final do expediente; acaba o seu horário e não precisa mais pensar em trabalho. Na cooperativa não: as preocupações são levadas para casa, pois há decisões a serem tomadas todos os dias.” (Tesoureiro).

A ausência de uma relação de subordinação/chefia também foi apontada como fator positivo, mesmo com o aumento da responsabilidade que esta situação impõe. Por outro lado, a falta de controle hierárquico possibilita alguns desperdícios e abusos por parte de determinados colegas que deixam o tempo passar trabalhando pouco e comprometendo a produtividade do grupo.

“Aqui o patrão é você mesmo. Aí você experimenta a sua norma.”(Coordenador).

“A responsabilidade e a preocupação fica depois do expediente, sábado, domingo... A gente tem que se virar, tem que se organizar, tem que decidir.. (...) Aqui não tem patrão em cima.”(Arnóbio).

“A pessoa, quando quer trabalhar, trabalha de qualquer maneira”.
(Ajudante).

Entre alguns membros mais antigos da cooperativa, apareceu uma associação do trabalho com o termo criatividade - um descobrir-se criativo. Essa criatividade, segundo eles, torna-se especialmente necessária no momento de organizar reuniões de formação e de explicar certos assuntos durante as assembléias e reuniões deliberativas.

“O que o cooperativismo significa para a minha vida? (...) Criatividade. Isso porque toda hora eu tenho que buscar uma coisa nova para melhorar, pra explicar melhor para os outros, para ajudar a crescer a cooperativa.”(Tesoureiro).

Dentro deste mesmo grupo de trabalhadores, predominou o discurso da mudança, do tipo:

“O trabalho mudou a minha vida”; “Eu hoje sou uma pessoa melhor.”(Pedreiro).

Outros trabalhadores comparam sua vivência laboral com o emprego numa empresa e mencionam a restrição de direitos e o valor das retiradas financeiras. Segundo eles, a retirada financeira pela cooperativa é mais alta do que aquela que teriam caso estivessem empregados em uma empresa qualquer. Por outro lado, na cooperativa, perdem alguns direitos oferecidos quando se registra uma carteira de trabalho. Este fato, porém, não é por todos considerado como um fator de perda, já que muitas das empresas da construção, mesmo quando contratam, não assinam a carteira do operário.

“A carteira assinada dá muitas coisas que aqui não tem. (...) Não tem direito a um PIS, um fundo de garantia, umas férias. Não tem nada.”(Pedreiro).

“Para dizer a verdade, do modo como eu penso no momento, talvez se tivesse um emprego com carteira assinada seria melhor. Faltam 4 anos para eu me aposentar. Para mim seria melhor porque dá mais de um salário. Aqui aposenta com um salário só no mês.”(Pedreiro).

Para esses trabalhadores, o valor atribuído ao trabalho parece concentrar-se em percepções materiais e ligadas à estabilidade ocupacional, com ênfase para o seu potencial de sustento, ganhos financeiros e sobrevivência. Neste sentido, não vêem grandes diferenças entre estar na cooperativa ou em outro local de trabalho.

“Ter carteira assinada trás alguns benefícios, mas a nossa retirada do final do ano compensa. Por isso aqui é mais vantagem.” (Ajudante).

“Profissional nenhum aí consegue tirar lá fora mais do que tira aqui, com certeza. Fora a retirada do final do ano que, neste, ano, não foi das melhores, mas cada um tirou mais ou menos R\$ 2000,00 (...) Aqui a gente ganha mais do que numa firma. Também aqui não falta trabalho (...) Não ter patrão é bom porque tem mais liberdade. Mas é também ruim porque não tem vale transporte

nem refeição. Mas no final do ano é melhor por causa da divisão do dinheiro”.
(Coordenador).

“Trabalhar em firma é um massacre”. (Servente).

Alguns trabalhadores apontam como diferencial da cooperativa o contato tido com os colegas em momentos distintos do horário de trabalho, como durante as reuniões e assembléias ou durante os eventos de confraternização eventualmente organizados pelo grupo.

“É legal. Aqui tem muitos amigos.”(Pedreiro).

“A reunião é boa porque a gente conhece mais as pessoas.”(Meio-oficial).

“O pessoal sempre sai junto, às vezes tem festa. Fica todo mundo amigo.”(Servente).

Também foi vivamente apontada a ênfase na solidariedade priorizada pela cooperativa, através de suporte a projetos sociais e de contribuições financeiras a um fundo de solidariedade, que serve aos próprios cooperados em caso de necessidade.

“Todos ajudam em qualquer situação: no serviço, na doença...”(Ajudante).

“Numa empresa, tiram o couro todo dia. Se você fica doente ninguém ajuda e te mandam embora. Aqui a gente paga o dia de quem tá parado. Tem solidariedade.”(Servente).

“Todos se conhecem, se ajudam.” (Pedreiro).

Em geral, a principal vantagem que eles realçam é que são os donos da cooperativa, sentindo-se responsáveis por ela. É interessante notar que, em nenhum momento, houve reclamações sobre a organização do trabalho – fator indispensável a ser considerado nos estudos sobre satisfação no trabalho e saúde do trabalhador.

“Não sei explicar. Só sei que é como se a pessoa fosse dona. Se tiver lucro, é para todos”(Pedreiro).

Entre alguns cooperados, ao compararem seu trabalho na cooperativa com uma experiência de trabalho assalariado, foi freqüente a associação entre assalariamento e escravidão, perceptível claramente no discurso abaixo:

“Quando você é empregado, você é escravo do outro. Você só enriquece o outro e aumenta a desigualdade social. Se você se recusa a ser escravo, você começa a ser dono de si e ajuda a modificar a distribuição de renda.”(Coordenador).

“Você deixa de ser um boneco para ser alguém (...) O pessoal que não toma decisão não é ele mesmo. Acha que tem que imitar o outro para ser alguém.”(Servente).

Em todos os entrevistados foi visível o discurso orgulhoso sobre a qualidade do serviço que prestam, constantemente reconhecida pelos proprietários das obras concluídas. Acreditam em seu potencial (enquanto um grupo de trabalhadores que se esforça por fazer um bom serviço) e na possibilidade de um grande crescimento e desenvolvimento da cooperativa. É perceptível também uma forte relação de pertencimento e posse, possível apenas nos grupos mais coesos que “vestem a camisa”, assumindo-se como parte do grupo que representam. Eles percebem que a cooperativa é uma conquista e que essa conquista é fruto do seu trabalho.

“Você veio pesquisar a gente porque a gente é bom, né?” (Meio-oficial).

“É um orgulho ter essa cooperativa em pé.” (Coordenador).

“Gosto de trabalhar aqui (...) Quando a obra fica pronta dá gosto e dá orgulho. Consegui!”(Coordenador).

Cabe uma ressalva percebida em todas as entrevistas. A grande maioria dos cooperados diz que gosta do trabalho que exerce, mas são poucos aqueles que pretendem continuar no ramo da construção civil por mais alguns anos de sua vida. Foi grande o número de associados que expressou desejo de mudar de área, migrando principalmente para o comércio.

“Para ser sincero com você, a profissão que eu queria não é essa. Eu sempre sonhei em ser caminhoneiro.”(Coordenador).

“Meu sonho é daqui a um tempo trabalhar em botequim (...) Quero ter meu próprio negócio”. (Carpinteiro).

Dentre os motivos de desgosto com a construção civil, destaca-se o tipo de trabalho que é pesado e arriscado, além de pouco valorizado, haja visto os baixos salários pagos a essa categoria.

“O gari ganha igual ao salário de um coordenador. Obra é um trabalho muito pesado e não é valorizado. Tem trabalho leve que tem melhor salário.”(Coordenador).

Predomina também uma romantização das possibilidades de constituição de um negócio próprio. Sem conhecer as altas estatísticas de quebra e endividamento da grande maioria dos empreendimentos individuais recentes, eles acreditam no enriquecimento rápido

se investirem em um empreendimento individual, especialmente um bar, um restaurante ou uma pequena loja de artigos gerais.

Vale frisar que este sonho de conseguir montar um comércio é contraditório com o próprio discurso do cooperativismo. Por um lado, o trabalhador diz que está tudo bom, que está satisfeito na cooperativa, que aprova a liberdade e a autonomia no trabalho; por outro, ele quer ser dono de um empreendimento onde sujeitará e subordinará outros trabalhadores, onde deverá se guiar sob princípios do mercado competitivo capitalista.

Mudanças

Muitos acreditam que a experiência do cooperativismo possibilitou mudanças diversas em suas vidas. Alguns relatam que a influência do grupo ajudou a efetivar melhorias no trato individual com a família e com outras pessoas, pois aprenderam a ser mais pacientes, a ouvir o outro e a colocar-se em seu lugar. Isso é explicitado na fala abaixo:

“Aprendi a me relacionar melhor com as pessoas. Essa liberdade ajuda. Às vezes também cria mal-entendidos. Mas as pessoas acreditam no potencial e ensinam quando a gente pergunta.”(meio-oficial).

“A convivência lá em casa ficou mais coletiva. Eu não tinha a liberdade de conviver com eles como eu tenho hoje.” (Coordenador).

Outros relatam que passaram a demonstrar maiores interesses por assuntos coletivos, sociais, políticos e alguns, inclusive, filiaram-se a partidos políticos após um contato maior com a cooperativa.

“Depois que comecei a trabalhar aqui, tenho vontade de entrar para um partido político.” (ajudante).

“Acho que a formação e as comissões ampliaram minha mente. (...) Tanto é que não consegui aceitar a disciplina da marinha. Já tinha sentido o gostinho da liberdade. (...) Eu falo em ajudar os outros, em ser autônomo; como vou conseguir aceitar a disciplina?”(pedreiro)

“Eu participo. É legal. (...) Gosto das reuniões sobre política. Agora estou me interessando mais. (...) A gente vai sabendo das coisas...”(servente).Entretanto, a maioria afirma que qualquer mudança só ocorre se houver iniciativa e interesse individual. Criticam alguns colegas por não se interessarem pelos assuntos da cooperativa e por limitarem suas preocupações a questões puramente financeiras.

“O grupo incentiva, mas a pessoa só cresce e muda se quiser.” (Servente).

“Para quem quer, a vida muda. Mas tem gente que não enxerga que é uma cooperativa que é nossa, acham que é uma firma. Quando você leva a sério, muita coisa muda”. (Carpinteiro).

Nas entrevistas, foram ouvidos relatos interessantíssimos de mudanças propiciadas pela atitude paciente e tolerante do grupo, como abandono do alcoolismo e o estabelecimento de melhores relações familiares e profissionais. Também são visíveis as demonstrações de auto-estima desenvolvidas com o auxílio do grupo.

“A realidade lá era 80% de alcoólatras, totalmente sem controle. Tinha pai de criança que era alcoólatra que batia muito nos filhos e que quando ganhava comida escondia para não dividir com eles.” (Arnóbio).

“Parei de beber depois que entrei na cooperativa.” (Ajudante).

“Acho que mudou a forma de pensar. Todos são iguais e cooperam, porque se a cooperativa subir você também sobe.” (Ajudante).

“A gente aqui começa a ter a idéia de ajudar os outros (...) A gente conhece gente interessante, outras histórias. Isso envolve (...) Fico mais solidário. Isso é bom e importante.” (Pedreiro).

“Já fui bebedor. Hoje parei. Acho que o trabalho ajudou.” (Pedreiro).

Arnóbio considera que, do ponto de vista financeiro, perdeu muito ao optar pela cooperativa. Isso porque, se tivesse mantido sua sub-empregadora, estaria ganhando muito mais dinheiro hoje. Entretanto, ele acredita que fez a escolha correta, pois vira transformações fantásticas ocorrerem ao longo destes anos, referindo-se a mudanças de atitudes e modos de vida que, segundo ele, foram possibilitadas pela solidariedade, tolerância e compreensão do grupo.

“Eu diria que na parte financeira foi um fracasso total. Eu tinha uma sub-empregadora desde 1976 e hoje eu estaria ganhando muito mais.” ; “Aí vem a grande riqueza, o grande patrimônio. Apesar de viver numa sociedade egoísta, você conhece pessoas maravilhosas. A gente viu acontecer transformações incríveis nas pessoas. Este é um patrimônio que ninguém tira (...) Tudo o que eu vi acontecer é fantástico. É uma minoria, infelizmente, mas cada história é de uma riqueza imensa.” (Arnóbio).

Grande parte dos cooperados acredita que a nova experiência proporcionou uma mudança de atitudes e pensamentos através de discussões em grupo e do contato com figuras

fortes, como o Arnóbio. Contam que passaram a assumir uma postura mais crítica e cooperativa diante dos problemas sociais, além de desenvolver maior autonomia e autoconfiança para a tomada de decisões.

“Logo que entrei na cooperativa faltava muito. O pessoal me chamava a atenção. Acho que amadureci (...) Mudei totalmente. Aprendi a chegar na hora, a produzir mais...”(pedreiro)

“Hoje não fico parado em casa. Eu tenho até vergonha de ficar parado. Não gosto de preguiça.” (coordenador).

Percebe-se que os processos autogestionários da cooperativa possibilitaram também uma atitude menos submissa perante os outros grupos com os quais esses trabalhadores convivem.

“Quem já sentiu o gostinho de tomar decisão, de ter liberdade, é difícil acostumar com outra coisa. (...) Eu acho que a cooperativa já tem uma base de mais ou menos 12 pessoas que não aceitaria outra coisa, porque valoriza e que acredita nessa proposta.”(tesoureiro).

Para todos, a presença e a atitude paciente e persistente de seu mentor foi fundamental para a constituição de movimentos de solidariedade e de ajuda mútua dentro da cooperativa. Também destacam a confiança do grupo e a disponibilidade para ensinar, possibilitando que um auxiliar de pedreiro possa um dia se tornar um coordenador de obra. Dentre aqueles que participam das reuniões de formação, a grande maioria acredita na sua importância ao fazer refletir sobre as idéias de solidariedade e de cooperação, podendo influenciar modificações individuais e coletivas.

“Acho que muda pela força do Seu Arnóbio. Ele é um bom exemplo. Ele tenta despertar a solidariedade e às vezes consegue.” (Carpinteiro).

“A cooperativa me ajudou a pensar assim. Tudo ajuda: as conversas, as ações, as reuniões, o contato com as pessoas, a observação do cotidiano, a afinidade com o pensamento, participar...” (Servente).

“Aprendi aqui que tem que ajudar os outros e cooperar, compartilhar.” (Servente).

Também, diferentemente do que é comum no ramo da construção civil, há preocupação com o aperfeiçoamento profissional e com o oferecimento de oportunidades para a ascensão dentro da estrutura de cargos/funções da cooperativa. Além do incentivo ao ensino

passado pelos colegas no dia-a-dia, há reuniões onde se procura aperfeiçoar e adquirir novos conhecimentos.

“Estou aprendendo para ser pedreiro. Já estou pegando concreto. Dependendo da obra, eles me deixam ir fazendo até pegar o jeitinho.” (Servente).

“Na reunião a gente tem a oportunidade de aprender muitas coisas.” (servente).

As reuniões de formação são organizadas junto a membros do CEDAC, que também participam e procuram mantê-los atualizados sobre as novidades do movimento cooperativista e incentivá-los para a compreensão e um maior comprometimento em relação à doutrina da economia solidária e aos princípios que a regem.

Ações solidárias e abertura para a comunidade

“Uma andorinha só não faz verão. Todo mundo se uniu para construir a Constrói Fácil.”(Pedreiro).

Há inúmeros movimentos de solidariedade que ocorrem por iniciativa da Constrói Fácil. Em geral, são idéias do Arnóbio que receberam o aval das assembléias e reuniões deliberativas, permitindo a participação em projetos de cunho social, que incluem trabalho voluntário e ajuda financeira.

A própria origem da cooperativa, como já exposto, teve início numa ação de solidariedade – o Projeto Shangri-lá. De lá para cá muito mudou nessa comunidade. Muitos moradores aderiram à cooperativa e ainda hoje estão lá trabalhando. Outros encontraram emprego em diferentes lugares. Alguns outros continuam parados, sem solução à vista – embora tenham a cooperativa como possibilidade permanente de auxílio às suas necessidades. Ainda hoje, há preocupação da cooperativa com a comunidade de Shangri-lá, buscando acolher seus moradores e auxiliá-los em eventuais problemas que possam vir a ter.

Fruto deste empreendimento é o projeto Casa & Cidadania, que não deve ser visto apenas como mais um programa de solidariedade do grupo Constrói Fácil, pois é muito mais do que isso. É um projeto que surgiu da percepção de uma contradição entre os próprios trabalhadores: *eu construo casa, mas não tenho casa*. Trata-se de um projeto que aponta para um princípio de desalienação do trabalhador, pois este se inclui como responsável pelo conteúdo e pelo produto final de sua tarefa, passando a interagir de forma criadora e criativa, introduzindo mudanças que afetarão não só o seu cotidiano de trabalho, mas as próprias condições de vida além jornada.

Além de *Shangri-lá* e do *Casa&Cidadania*, o grupo contribui financeiramente para projetos sociais, como o *Ação da Cidadania*, além de participações individuais em grupos comunitários e religiosos. Há também um fundo de solidariedade com o qual contribui a cooperativa. Este fundo é utilizado em caso de necessidade por parte de algum cooperado (médico, remédios, outras situações de necessidade), devendo ser ressarcido após uso. Adicionalmente, há uma contribuição semanal de cada cooperado que se destina a prover o sustento de alguns associados que estão parados em virtude da ausência de obras suficientes para agregar todo o grupo.

“A cooperativa ajuda um grupo com alimentos e colabora sempre que alguém necessita. Você sabe, né... os que foram dispensados. Cada um dá R\$ 10,00 para pagar a semana daqueles que estão parados por falta de obra.”(Ajudante).

Em épocas de eleição, é comum que a cooperativa promova reuniões para decisão de votos. A maioria dos cooperados baseia-se na opinião do grupo para decidir suas opções eleitorais. Nessas situações, são convocados candidatos políticos e outros interessados, que discursam e ajudam na decisão dos votos do grupo. A grande maioria dos associados participa dessas reuniões. Nem todos se interessam pelas discussões, mas relatam tirar dali o nome dos candidatos em quem vão votar.

“Uma coisa que eu acho importante falar é que, aqui, a gente não abre mão do voto consciente. Por isso fazemos muita reunião para discutir política.(...) A cooperativa também tem o grupo de cidadania ativa. Nós participamos da fundação do Fórum de Cooperativismo Popular.”(membro do conselho deliberativo). (membro do conselho deliberativo).

No entanto, há alguns cooperados que não se interessam pelas discussões coletivas, rejeitando quaisquer movimentos sociais ou participações políticas. Detestam reuniões, associando-as a perda de tempo e a ineficácia das decisões. Outros, que de nada participam, justificam-se pela pesada carga de trabalho ou por não terem sido direta e/ou oficialmente convidados pelos colegas. Outros, ainda, dizem que não se interessam porque não entendem; embora a falta de interesse seja justamente o fator que mais dificulta o seu entendimento. Em geral, contudo, o interesse é bem maior do que o constatado em outros trabalhadores da mesma categoria. Muitos afirmam que começaram a se interessar após o contato com o seu Arnóbio e com as reuniões da cooperativa.

“Acho que tinham que chamar uma reunião para explicar. Mas acho que o pessoal não vai comparecer, só se fosse junto com a assembléia. Não é culpa deles. Tem muito assunto pra discutir. Na dá tempo de explicar. Acho que com o correr do tempo a gente vai entender melhor”.(Servente).

São muitos os projetos de solidariedade. Porém, há problemas provenientes de interesses diversos e críticas às atitudes de alguns colegas que são acusados de se interessarem apenas em tirar proveito das situações, conforme demonstrado nas falas abaixo, sobre os projetos Shangri-lá e Casa&Cidadania:

“Tem muita gente que já tirou a casa do projeto e não está mais se interessando.”(Coordenador)

“O projeto é interessante, mas cada um só quer ter a sua casa – não quer socializar.”(Bombeiro)

“Nós tentamos dar continuidade ao projeto, mas é difícil. A mentalidade das pessoas é complicada. Agora que já têm casa não cooperam mais. Não estão a fim.” (Servente).

Percebe-se entre muitos desses trabalhadores a preocupação, o comprometimento e o orgulho pela participação em movimentos políticos e sociais. A quantidade de cooperados engajados é surpreendente. Vejamos algumas falas que confirmam esse fato:

“A gente participa do Ação&Cidadania, do Shangri-lá, do Casa e Cidadania. (...) Tem também a GT, que é a associação de grupos de produção comunitária do Rio de Janeiro. Eu faço parte da direção. Tem o Fórum de Economia Solidária (FCP-RJ), sou suplente do delegado estadual no Fórum Brasileiro de economia solidária. Sou também militante do PT.”

“É praticamente o que o Marcelo falou. Eu também faço a mesma coisa junto com outros colegas.(...) Tem também a ação comunitária da Taquara e o que eu tô mais participando agora é do Casa e Cidadania. Sou também filiado ao PT. (...).

“Participo com alguns colegas de um movimento político chamado IMPUTECER” (reuniões com políticos e partidários, onde discutem questões políticas e sociais). (meio-oficial).

Perspectivas futuras, dificuldades e limitações

Uma das principais frustrações narradas pelos trabalhadores é o fato de dependerem financeiramente de um investidor externo para manter o seu funcionamento. Percebem que só dessa forma conseguem garantir sua subsistência, mas crescem pouco e contribuem para a concentração de renda – discussão muito veiculada entre os grupos de trabalho e de discussões mantidos com as Ong's e com movimentos da Igreja Católica.

Como alternativa, há alguns anos, iniciaram uma grande mobilização, acionando contatos diversos na tentativa de obter doações para a compra de um terreno que se constituiria como o espaço para a primeira obra independente do grupo Constrói Fácil. Sabiam que, se concluíssem essa obra com recursos próprios, poderiam investir em outras obras, agregar novos cooperados e fazer valer o sonho de crescimento do empreendimento e de propiciar oportunidades semelhantes a outros que delas possam necessitar.

Nessa busca, através da doação de uma organização não-governamental, conseguiram o dinheiro para comprar parte de um terreno e parte do material de construção. O investidor apenas completaria o valor do terreno e o restante do material necessário, além da remuneração da mão de obra. A obra prosseguiu, as casas foram concluídas e vendidas. O destino dado ao resultado das vendas ainda não havia sido decidido entre os cooperados, aguardando a assembléia geral de dezembro para a utilização do valor. Neste ínterim, entre o final da obra e a assembléia geral, o dinheiro não fora aplicado nem investido em nenhuma outra operação.

Nas assembléias, as opiniões divergiam. Uns queriam que o dinheiro fosse integralmente dividido no grupo para que cada um decidisse sobre o destino de sua parte. Outros queriam manter as retiradas habituais e aplicar o valor restante na compra de outro terreno, agora totalmente independente de um investidor. Outros ainda pensavam em dividir uma parte com o grupo e aplicar o restante em novas obras. E foi assim durante meses inteiros. Discutiam, trocaram idéias e às vezes desaforos. Não havia um consenso. Uns alegavam que estavam endividados e que precisavam de dinheiro, outros diziam que queriam comprar sua casa, seu carro, etc. Outros ainda contestavam e defendiam o crescimento da cooperativa e ações de responsabilidade social.

Enfim, após brigas e desavenças, foi decidido por maioria de votos que a totalidade do dinheiro seria dividida entre as partes conforme horas trabalhadas durante o ano. Após a divisão, muitos deixaram a cooperativa e tomaram outros rumos. Alguns poucos ficaram com a intenção de ver renascer o sonho que acabara de ser abalado.

Eis abaixo uma breve narração da história que acabamos de contar:

“Nós tentamos ampliar nossa visão, para a gente trabalhar por conta própria. (...) Aí a gente teve a iniciativa de fazer um projeto. Trabalhava fora do horário. Trabalhava, sábado, domingo... A gente conseguiu um dinheiro e comprou 45% do terreno e entramos com o mão de obra e o proprietário entrou com os outros 55% e com o material. Conseguimos acabar aquela casa e vendemos. Com o capital, compramos outro terreno e vendemos para ampliar cada vez mais. A gente tinha o sonho de trabalhar por conta própria: comprar o terreno, fazer a casa. Iria ser tudo nosso. Mas chegou um certo tempo, há uns 4 anos atrás, quando saiu o dinheiro, o pessoal começou a querer sair. Na época eram 48 cooperados e o número caiu para 25. depois, saíram mais sete, e caiu para 18. Então a gente ficou sem condições. (...) Deu briga e decidiram dividir tudo em partes iguais. Ficou quem queria tentar crescer novamente.”(Coordenador).

Esse foi, sem dúvida, um dos grandes momentos de decepção vividos pelos trabalhadores integrados ao Grupo Constrói Fácil (ainda não era uma cooperativa oficial). Foi um momento de choque do idealismo do empreiteiro com a realidade da maioria das pessoas que ali estavam. Criou-se também um momento de desestabilização, no qual, mais uma vez, foi necessário procurar investidores que estivessem dispostos a financiar por completo uma nova obra. Fôra-se o sonho de independência; fôra-se, ao menos por um momento, o sonho de gerar novos empregos e o sonho de ver a cooperativa crescer. Nessa ocasião, puderam sentir de perto como é difícil aderir à iniciativa coletiva. Num contexto social de pobreza, o planejamento futuro deu lugar a uma solução imediatista. Puderam dimensionar o quão difícil é para essas pessoas fazer um planejamento de longo prazo. Foi realmente um momento decisivo, a partir do qual a pequena cooperativa de construção civil teve que se reconstruir.

Nota-se na fala abaixo a expressão de um projeto frustrado:

“Eu queria que fosse de um jeito e não é. Era a nossa chance de ser independente, mas o pessoal saiu fora; só pensaram no dinheiro. Isso desuniu o grupo.”(Coordenador).

Dos associados que abandonaram o grupo, muitos utilizaram o dinheiro para quitar dívidas, outros investiram na compra de uma casa própria ou simplesmente mantiveram-se ociosos por alguns meses até que o dinheiro acabasse. Dois deles empreenderam negócio próprio e estão trabalhando com comércio de bebidas e alimentos. Algum tempo depois,

quando o dinheiro acabou, muitos não conseguiram emprego e pediram para retornar à condição de cooperado da Constrói Fácil. Foram aceitos.

Os anos se passaram e a frustração novamente dá lugar à esperança. As pessoas que estão na cooperativa desde aquela época são aquelas que mais se preocupam com o futuro do grupo. Em geral, são os trabalhadores mais participativos, que se exaltam mais nas reuniões, que se interessam mais por entender o cooperativismo e que se preocupam em preparar os mais novos para assumirem suas posições assim que se aposentarem.

Os mais jovens possuem outros planos: uns querem ver a cooperativa crescer e continuar trabalhando nela; outros pensam em mudar de função, alcançando algum cargo mais qualificado dentro da cooperativa; outros pensam em preparar-se para assumir um empreendimento próprio (não vinculado à construção civil); há poucos que pensam em encontrar uma vaga em uma outra empresa. Outros ainda relatam gratidão em função de um grande sonho concluído: o sonho de ter uma casa própria, realizado através dos projetos Shangri-lá e Casa&Cidadania.

“Eu tirei minha casa daqui. Nunca vou me esquecer disso.” (Pedreiro).

“Eu quero progredir cada vez mais com a cooperativa. Quero ver ela crescer.” (Coordenador).

“Para o futuro, penso em estar trabalhando na cooperativa ou trabalhar para mim mesmo – algo que me sustente, que dê para eu viver bem com minha família”. (Bombeiro).

Entre os que pensam em permanecer na cooperativa, há novamente um desejo de vê-la crescer e se desenvolver, de entender melhor sobre política e cooperativismo, de ter um capital próprio para não depender do investimento de terceiros. Todos conhecem a história de frustração que foi acima contada e fazem referência a ela como um momento de erro, um erro do passado que - acreditam - não seria repetido se surgisse a mesma oportunidade novamente.

“Eu espero que o grupo cresça, que tenha mais trabalho.” (Bombeiro).

“O que eu espero é trabalhar mais para fazer subir a cooperativa.” “Se eu puder eu fico sempre aqui, por muitos anos.” (Pedreiro)

“Em 5 anos espero poder entender melhor o cooperativismo e espero que a cooperativa cresça. Espero ter mais obra e ter mais serviço.” (Meio-oficial).

Paralelo a tudo o que já foi narrado, há muitas dificuldades e preocupações que ocupam os cooperados, expressas em quase todas as falas. Algumas se referem ao excesso de cobranças e encargos burocráticos para o processo de regularização da cooperativa e à falta de

apoio do governo. Outros relatam preocupações com as falsas cooperativas que desacreditam aquelas que colocam em prática os ideais do cooperativismo. Veja isso nas falas abaixo:

“Existe um monte de falsas cooperativas que queimam o filme do movimento, que exploram o trabalhador, só para ter mais lucro.”(Meio-oficial).

“O governo não apóia. Só apóia aquelas cooperativinhas de artesanato, porque é besteira. Só apóia quando não rende nada (...) O governo precisa ajudar. Tem que dar crédito. Os impostos não deixam. Não tem quem se responsabilize.”(Coordenador).

“Deveria ter apoio do governo para a gente ter mais trabalho – algo para baixar os preços da concorrência, algo que ajudasse a aumentar o salário.”(Coordenador).

Os trabalhadores relatam também inquietações generalizadas com a situação de desigualdade social no país e com a função social do cooperativismo. Preocupam-se em ajudar os colegas em dificuldades e em intervir nos problemas da comunidade. Houve narrativas de uma sensação de estar na “contra-mão” da sociedade, em seus ideais de solidariedade e de autogestão, agravada por uma percepção da incompreensão da comunidade e dos próprios familiares.

“Tem muita desigualdade social. Isso me desanima. O homem só quer dinheiro e não pensa que, ao contribuir para a desigualdade social, ele está formando o ladrão. Depois ele é assaltado e pensa que não fez nada para sofrer aquilo. Mas ele fez. Ele fez ter a desigualdade que criou o ladrão.”(Servente).

“Queremos ajudar. Ai falam que a gente quer ser estrela, que é muita fantasia.”(Servente).

“Às vezes fico desacreditado – não no grupo, mas na sociedade. Tem muito egoísmo. Parece que a gente age na contramão da sociedade. Recebemos muitas críticas dos outros.” (Ajudante).

Às vezes, essa sensação de estar na contramão provoca desânimo, principalmente pela falta de reconhecimento por parte dos colegas, com oscilantes vontades de desistir do empreendimento.

“Às vezes dá vontade de largar tudo porque ninguém quer nada. Dá vontade de fazer o que eles fazem: ir para a festa, não ficar nem aí. Mas o coração não

deixa. Quando a gente se envolve com o cooperativismo é um vício. A gente não consegue sair.”(Ajudante).

Relatam também pequenos problemas de relacionamento provocados por falhas de comunicação, fofocas e mal-entendidos.

“Aqui tem muita fofoca.”(Coordenador)

“As pessoas só pensavam no dinheiro. Ai desune o grupo.”(Pedreiro).

Há outras dificuldades relativas à viabilidade econômica, como o alto preço dos terrenos, o retraimento do mercado de construção civil, a concorrência no mercado cada vez mais competitivo, a falta de apoio do governo, as limitações impostas pelo desconhecimento e pela falta de “malícia” em questões administrativas, jurídicas, burocráticas e negociais.

“O problema é o mercado hoje em dia. Nós não estamos conseguindo achar terreno. Estamos procurando e não conseguimos. Quando consegue, o pessoal bota o preço lá em cima.”(Coordenador).

Neste quesito, deve ficar claro que não são dificuldades peculiares desta cooperativa, mas empecilhos pelo qual passam todos os pequenos negociantes, “marinheiros de primeira viagem”, sem experiência, sem suporte técnico, sem prévia formação acadêmica ou profissional. Entretanto, são obstáculos que esses trabalhadores se esforçam diariamente por vencer; e conseguem, à medida que se mantêm no mercado competitivo e que crescem, conquistando a confiança dos seus clientes e ganhando visibilidade no seu ramo de atuação.

Os membros da Constrói Fácil parecem formar um grupo calmo, mas sem muita facilidade para lidar com conflitos e situações que envolvam algum planejamento a longo prazo. Em geral, há uma preocupação em respeitar o outro, em suas atitudes e opiniões. O grupo é extremamente flexível e tolerante com inúmeras situações problema, como alcoolismo, problemas familiares e de saúde, além de problemas de relação interpessoal. Em alguns casos, o coordenador da obra ou o próprio Arnóbio é chamado a interferir, para evitar abusos em função do excesso de tolerância. Nessas situações, o grupo pode se reunir e decidir pela saída do colega.

Segundo os trabalhadores, conflitos acontecem por discordâncias, fofocas, uso de material alheio e diferenças quanto ao valor das retiradas, formas diferentes de trabalhar, desperdício de material, mau uso do tempo, etc. A maioria dos cooperados afirma que estabelece uma boa relação com os colegas de trabalho. Apesar disso, eles acreditam que a convivência poderia ser melhor se o grupo fosse mais unido e se as pessoas assumissem posições menos egoístas.

“Acho que o pessoal tem que ser mais unido. Tem que ser unido para tudo. Não, o grupo é unido, mas tem que ser mais.”(Pedreiro).

“Aqui tem muita fofoca. Às vezes o pessoal briga por causa disso.”(Pedreiro).

“Às vezes dá confusão, porque o salário é diferente até para o mesmo cargo. Isso acontece quando um indivíduo sabe mais que o outro. Aí dá briga. (...) Aí separa, coloca os dois em obras diferentes. Às vezes alguém ganha menos porque desperdiça ou porque sabe pouco.”(Ajudante).

Há alguns casos de associados que não se falam e que precisam ser locados em obras diferentes para evitar que haja conflitos. Entretanto, são situações isoladas. A maioria das brigas ocorre nos dias de reuniões coletivas, quando todos estão reunidos e assuntos polêmicos são colocados em pauta. Nessas circunstâncias, imediatamente, outros membros do grupo intervêm, na tentativa de acalmar os ânimos e de dar continuidade pacífica às discussões.

“Tem gente aqui que eu nem falo.” (Pedreiro).

“Tem uns aqui que nós não conversa. Mas, no mais, todo mundo se fala. (...) Não tô de mal, mas só não falo. Nem mal nem bem.”(Pedreiro).

Há outras limitações que gostaríamos de destacar. Estas podem ser superadas à medida que se for construindo o processo de autogestão e de auto-desenvolvimento, conforme proposto pela doutrina do cooperativismo.

O primeiro desses obstáculos se refere à dificuldade dos cooperados em assumir a liberdade que lhes é atribuída. Há séculos, autores diversos (Erick Fromm [1968], Winnicott [1999], Sigmund Freud [1930], Stuart Mill [1972], Isaías Berlin [1981]) nos advertiam de que o homem teria enorme dificuldade para assumir as liberdades que lhes são conferidas. Afirmam uma luta constante e um anseio interminável pela liberdade; entretanto, quando têm a oportunidade de exercê-la, são poucos os que a assumem. Quando recebem a tão desejada liberdade, percebem que ela não pode vir separada da responsabilidade; que ela não tem nada a ver como mera independência para fazer tudo o que se deseja; que há uma necessidade de freio sobre nossas ações; que é preciso pensar antes de agir; que teremos que assumir as conseqüências trazidas por ela.

Talvez isso aconteça por uma falta de hábito de lidar com a liberdade, com a cultura de submissão com a qual somos acostumados, mas isso não significa que nos falte capacidade para sermos autônomos. A construção da autogestão é um processo lento, que requer enorme

esforço e paciência. Há muitas dificuldades em assumir essa liberdade conjugada à responsabilidade. Segundo os cooperados, alguns a tomam de forma isolada e aproveitam-se da falta de controle interno para trabalhar menos ou “morcegar no serviço”, como eles mesmos dizem. Também o excesso de tolerância é apontado pelos trabalhadores como algo que propicia abusos, como esses mesmos indicados abaixo.

“Tem muita gente que não leva a sério. Tem gente que faz o horário todo mas enrola no serviço.”; “Às vezes até tem problema: alguém que falta muito. Ai é afastado para não empatar o grupo.”(Coordenador).

Há também apontamentos à falta de interesse dos cooperados, deixando grande parte das decisões importantes sob responsabilidade de alguns poucos, sobrecarregando-os e acomodando os outros. Em nossa cultura, somos mais ensinados para delegar ou obedecer, e menos para assumir responsabilidades. Entretanto, é preciso ter clareza de que a conquista da liberdade inclui a participação e o compromisso.

“Tem também a falta de interesse pela reunião. Tem gente que vai forçado, de má vontade. Não sabe o que fazer. Todo mundo tem que ter responsabilidade.”(Pedreiro).

Na situação acima relatada, a grande dificuldade é a de previsão. É difícil prever e planejar a longo prazo quando acostumados a muitas faltas e carências. Mesmo com uma grande possibilidade de dar certo, prevalece a solução imediatista. Essa falta de preocupação com o planejamento de longo prazo é claramente expressa na fala abaixo, emitida por um dos representantes do conselho deliberativo:

“Eu não faço planos não. Na verdade, nunca gostei muito de planos.(...) Quero que a família melhore, ter uma estabilidade. Mas eu não consigo planejar para daqui a um mês, por exemplo. Eu vou vivendo o dia a dia. É uma coisa que eu não esquento a cabeça. (...) uma das coisas que eu planejei que é ter um carro. Só que eu quis tanto tempo, que às vezes até me esqueço que tenho carro e venho a pé para o trabalho. (...) Eu vou de acordo com a conjuntura do momento.”

Há outras dificuldades que eles mesmos nos apontam como, por exemplo, a defasagem do grupo em relação à tecnologia e a algumas regras/leis referentes ao ambiente de trabalho. Quanto à tecnologia, apontam a falta de conhecimento técnico e de apoio coletivo para investir numa modernização do grupo. Também há alguns que negam qualquer tentativa de modernização ou de introdução de máquinas no trabalho do grupo, considerando que isso contribuiria para uma redução dos postos de trabalho.

“Recebemos muitas críticas dos outros. Minha irmã mesmo: ela faz faculdade e diz que a gente é burro e limitado, que não sabe usar tecnologia e que não quer aprender.”(Servente).

“Dizem que a gente, peão, é tudo ignorante, mas eu não sou. Tecnologia não é para qualquer um. Não tem acesso. Eles têm que respeitar a nossa vontade.”(servente).

“Se a gente compra máquina, a gente tira o trabalho do colega. Não pode um pai de família ficar sem trabalho.”(Ajudante).

“As pessoas não querem gastar comprando máquinas, preferem ficar com o dinheiro.”(Ajudante).

Como forma de suprir essa defasagem e, na tentativa de atender a um dos princípios inspirados pelo cooperativismo internacional, pelo menos uma vez por mês, ocorrem reuniões de formação: momentos de troca de idéias sobre cooperativismo, solidariedade, trabalho e de aprendizagem sobre os ofícios. Discutem-se também questões políticas e sociais. É um momento de integração e de contato dos membros da cooperativa com entidades de suporte, como ONG's e instituições sociais.

O investimento em formação e a possibilidade de crescimento profissional dentro da cooperativa estão na contra-corrente da realidade da construção civil em nosso país. Neste campo de trabalho, em geral, não há ascensão profissional e as pessoas, quando não se tornam eternos profissionais autônomos, são condenadas a passar o resto de suas vidas assumindo a mesma função ao longo dos anos, com poucas possibilidades de mudanças. Neste sentido, a organização dessa cooperativa aproxima-se da organização de uma sociedade artesanal, na qual as funções eram pacientemente ensinadas e passava-se de aprendiz para meio-oficial, de meio-oficial para artesão, e assim sucessivamente.

Também há restrições em relação ao ambiente de trabalho – questão concernente a todo o campo de construção civil. São, em geral, ambientes sujos, com muita poeira e alto nível de ruído. A cooperativa não possui um técnico ou engenheiro de segurança do trabalho, mas existe uma comissão que é responsável por possibilitar a redução e prevenção de acidentes nas obras. Essa comissão atua através de orientações e de recomendações nas reuniões e no dia-a-dia, no ambiente de trabalho.

Quando perguntados sobre a ocorrência de acidentes, os trabalhadores negam, dizendo que é muito raro acontecerem. Entretanto, nesse momento, só consideram como acidentes aqueles eventos mais graves que acarretam ausência duradoura ou permanente do cooperado.

Quando explicamos que queríamos saber também dos pequenos acidentes, o discurso muda. Passam a narrar episódios frequentes do dia-a-dia com os quais já se acostumaram, tamanho é o número dos casos: quedas, fraturas, queimaduras, furar o pé em prego, martelada no dedo, etc.

Em geral, entre esses trabalhadores, há uma banalização acerca dos riscos de acidentes de trabalho. Pequenos acidentes (furar pé em prego, quedas, martelada no dedo, pequenos choques, etc.) são comuns, mas não são percebidos com tais. Embora os acidentes se repitam cotidianamente, há unanimidade na sua naturalização, como se fossem algo inevitável, como se tudo dependesse de uma condição de sorte e acontecesse ao acaso. Não há uma preocupação em utilizar equipamentos de proteção. Os discursos tacham-nos de quentes, desnecessários e desconfortáveis; embora saibam que muitas conseqüências mais graves de acidentes poderiam ser evitadas se os utilizassem corretamente.

“Eu não uso porque incomoda. Eu sei que dou mau exemplo.”(Coordenador).

“Não uso bota. É muito quente e pesada.” (Pedreiro).

“Tem gente que perde a bota, joga fora ou estraga só para não ter que usar.” (Servente).

“Operário de firma só usa porque é obrigado, senão não usaria.”(Servente).

Quanto à compra dos outros equipamentos de proteção, há uma grande resistência por parte dos trabalhadores, que não apóiam um gasto tão alto. Embora afirmem conhecer a necessidade de sua utilização, a maioria declara que não usaria os equipamentos e que não apoiaria esse tipo de gasto. Cabe destacar que, segundo esses trabalhadores, os acidentes mais graves registrados na construção civil relacionam-se a quedas – ou de operários ou de material sobre um operário ou transeunte. Segundo os trabalhadores, como as obras da Constrói Fácil são baseadas em casas baixas, essas situações pouco ocorrem, sendo a isso atribuída a baixa taxa de acidentes graves por eles relatados.

Muitos cooperados atribuem os acidentes a fatalidades – não os considerando, portanto, evitáveis. Outros os atribuem a falhas individuais, como falta de atenção e descuido.

“Se tiver que ser será.”(Ajudante); “Só quem pode evitar é Deus.”(Servente); “Não dá para evitar.”(Coordenador); “O que eu faço é só rezar todos os dias.”(Pedreiro); “É algo que pode acontecer com a gente. Mas só acontece por falta de cuidado.”(Carpinteiro).

“Não há muito o que fazer. Todo mundo fala que peão é ignorante, mas eles sabem tudo, sabem do perigo que correm. Não adianta ensinar. Não fazem porque não querem.” (Servente).

“É aquele negócio: tudo por falta de atenção, né. A gente fica de olho; diz ‘olha o prego, tira daí, amassa o prego’.”; “A gente procura orientar cada vez mais. Fala pra tomar cuidado. Mas a pessoa sempre relaxa um pouquinho.”(Coordenador).

Em geral, esses trabalhadores não gostam de falar sobre acidentes. Achem que é algo comum e dizem acostumar-se. Dizem procurar não pensar no assunto e que só se preocupam em prevenir-se quando algo de grave acontece ao colega. Nesses casos, tomam precauções por alguns dias e depois vão voltando à situação anterior, que descrevem como de descuido e relaxamento. Para esses operários, a pior consequência do acidente não é a lesão em si, mas a necessidade de parar de trabalhar, pois resultaria em queda na produtividade e redução do ganho semanal, além de um ataque à sua auto-estima que associa o não trabalho à preguiça e à malandragem.

Apesar da persistência em banalizar/naturalizar a ocorrência de acidentes, alguns avanços são percebidos no que se refere à saúde e segurança do trabalho na cooperativa Constrói Fácil. Além das contribuições voluntárias destinadas à cobertura das despesas em caso de acidentes e adoecimento (isso será melhor tratado nos próximos parágrafos), há o trabalho da comissão de obra e segurança, que é incumbida do papel de fiscalização e orientação dos coordenadores e dos demais cooperados para que conheçam normas de segurança e adotem hábitos e atitudes mais seguras, contribuindo para a redução do risco de acidentes. Também a comissão de formação se preocupa em incluir com frequência esse tópico em suas reuniões buscando propiciar o esclarecimento e a mudança de atitudes a partir do reconhecimento de sua necessidade e importância. Eis algumas falas que identificam esse fato:

“Tem sempre alguém da cooperativa falando para tomar cuidado.”(pedreiro).

“A gente fica de olho. Diz: ‘olha o prego, tira daí, amassa o prego.’ O coordenador tem a função de orientar. (...)”(coordenador).

“Estão tentando comprar uniforme e capacete. Tem uns que até pedem. Antigamente eles nem queriam saber (...) Já fizemos várias reuniões sobre segurança.”(membro da comissão de formação).

Em relação à saúde, há alguns cooperados que estabelecem um elo de causa entre preocupações ligadas à cooperativa e problemas de saúde que vêm sentindo, como nervosismo, ansiedade, dores de cabeça e pressão alta. Estes dizem acreditar que a realização e a satisfação no trabalho amenizam esses problemas que, se trabalhassem em outro lugar, já estariam em situação bem mais grave. Outros sentem os mesmos sintomas e os associam apenas ao avanço da idade.

Muitos cooperados queixam-se de dores na coluna e outros comprometimentos nos músculos e/ou tendões. Em geral, são aqueles que carregam peso durante todo o dia, mas não associam as dores na coluna ao seu cotidiano de trabalho. Mais uma vez, a responsabilidade pelas dores é assumida individualmente, em função da idade. Nesses casos, a auto-medicação é freqüente, inclusive com o uso de drogas psicotrópicas (*Voltarem*) que eles próprios recomendam uns aos outros.

“Quando tenho dor tomo Voltarem. Um dia eu estava com dor e o colega falou que é bom”. “Já fiquei quase um mês sem poder trabalhar por causa da coluna.; “Aqui muita gente toma voltarem quando tem dor; às vezes eu não tenho e aí tem o colega que empresta.”(Pedreiro).

Seguem queixas de alergias, manchas e rachaduras na pele, principalmente entre aqueles que trabalham com produtos químicos (solventes, tintas, etc.) e cimento. Entretanto, esses sintomas não são associados ao trabalho, sendo atribuídos à falta de asseio individual e à falta de vaidade.

O entrevistado abaixo mostra algumas manchas que possui pelo corpo e diz que é por causa do cimento:

“Eu também não me cuido. Podia comprar uns produtos, passar pedra pomes. Sou como índio: não faço nada mas me responsabilizo. Parece que estou envelhecendo.”(Servente).

Estabelecendo relação entre sintoma e trabalho, destacam-se as reclamações de cansaço extremo, tensão e dores de cabeça, devido ao excesso de serviço e ao tipo de atividade pesada que exercem. Nos canteiros de obra, o cansaço é expresso em suas falas e expressões (corporais e faciais), mas mantêm-se uma fachada de “super-homem”. Muitos justificam a ausência de auto-cuidado pela falta de tempo e pelo excesso de serviço. Mesmo quando lembrados de que possuem flexibilidade de horários, justificam-se dizendo que, se faltam, perdem dinheiro. Eles mesmos percebem a falta de preocupação com a saúde e se auto criticam:

“Fico tenso. É muita dor de cabeça, muito serviço. Não tenho tempo de ir ao médico.”(Coordenador).

“Peão acha que é o super-homem, que nunca vai ficar doente (...) Mesmo quando se machuca, finge que não vê, que não é com ele; não quer ir ao médico.” (Servente).

Quase todos os entrevistados teceram fortes críticas ao sistema público de saúde, destacando as longas esperas, as grandes filas, as constantes greves e a falta de pessoal e de material e medicamentos suficientes para o atendimento, além do despreparo e desinteresse por parte de alguns profissionais de saúde. Destacaram também a demanda por um plano ou por um seguro de saúde para os cooperados, negados por todas as operadoras procuradas.

“Ninguém quer fazer plano de saúde para a construção civil.”(Arnóbio)

“Querem mais é que a gente morra mesmo.”(Tesoureiro).

Apesar de associarem alguns sintomas ao trabalho, esses trabalhadores destacam que possuem liberdade de horário para procurarem um médico sempre que for necessário. Além disso, destacam a existência de um fundo de solidariedade para cobertura de despesas médicas durante os primeiros 15 dias, sob atestado médico, na forma de empréstimo, devendo ser ressarcido logo que possível. Após esse período, se ainda houver necessidade, o trabalhador é orientado a procurar o INSS.

Em caso de necessidade de medicamentos não fornecidos pelo SUS (Sistema Único de Saúde), o fundo de solidariedade compra o remédio, não precisando este valor ser devolvido à Cooperativa. Essa é a única situação em que o fundo será utilizado de forma individual sem ressarcimento. Outros destinos dados a este montante são: material para as reuniões de formação, auxílio a movimentos populares e suporte a atividades de integração do grupo entre si e de suas famílias.

Entre os trabalhadores que estão há mais tempo na cooperativa, há grande preocupação quanto à sua aposentadoria. Muitos já possuem idade e tempo de serviço suficiente para se aposentarem, mas adiam essa decisão por dois motivos: (1) temem pelo futuro da cooperativa sem sua participação; (2) preocupam-se com o baixo valor que receberão pelo INSS, que é de apenas um salário mínimo, enquanto que na cooperativa retiram pelo menos o triplo desse valor.

“Quero sair fora de obra e viver aposentado. Só que não dá para aposentar bem com o INSS. Tem que trabalhar. Eu topo qualquer negócio, menos obra.

Ainda estou me segurando, porque muita gente depositou confiança em mim. Fazem questão do meu trabalho aqui.”(Coordenador).

O próprio Arnóbio nos conta que, quando quiser, já tem idade e tempo de serviço para aposentar, mas que vem adiando essa decisão para não abandonar a cooperativa, pois é tido como referência entre os colegas. Ao mesmo tempo, já deixa sinais de que tenta preparar seus substitutos, apontando para um desejo de saída adiado, mas ainda assim desejado. Mesmo assim ele diz que não quer parar de trabalhar, não quer ficar parado.

“A minha proposta é conseguir formar uma nova diretoria para a cooperativa que possa decidir as coisas sem mim. Eu já estou ficando velho (...) Meu nome está na diretoria. Mas eu não estou mais participando de decisão nenhuma. Só ajudo nos projetos na parte técnica. Isso é um grande avanço. Não estou mais participando das reuniões da diretoria e das comissões. Estou deixando para o pessoal fazer. Afinal de contas, tenho 60 anos. Vou me aposentar e a cooperativa não pode parar. Isso daí é um grande conflito.” (Arnóbio).

Também há preocupações com o fato de não terem proteção social. Sabem que o trabalho que exercem impõe-lhes riscos diários e gostariam de ter um seguro ou plano de saúde, pois não confiam na assistência pública. Isto é um grande problema para eles, pois não há seguradoras ou agências de saúde que aceitem fazer planos para trabalhadores dessa área de atuação. Essa preocupação é demonstrada pela fala abaixo:

“A cooperativa podia ter um plano de saúde, cesta básica. Eles estão até tentando ver convênios, mas ninguém quer dar plano de saúde para a construção civil.”; “A gente tem que fazer um seguro de vida, mas a mensalidade é muito alta e o valor recebido é só R\$ 8000,00. Ninguém quer fazer seguro ou plano de saúde para a construção civil.”(Coordenador).

Caminhos percorridos

Durante o período de entrevistas, muitas pessoas foram ouvidas – a maior parte dos cooperados –, embora tenhamos tido que entrevistar mais detidamente as lideranças e os membros mais antigos do grupo, para que pudéssemos reconstituir sua história. Nesse percurso, observamos entre os trabalhadores percepções bastante distintas, que vão do empenho constante em fortalecer o espírito da cooperativa à visão daquele espaço como uma mera oportunidade de trabalho. Tais diferenças revelam, além do maior ou menor grau de envolvimento na construção do processo autogestionário, decorrente das histórias individuais

de vida e da passagem por vários coletivos, a persistência de uma cultura própria da condição de assalariado difícil de superar.

Percebe-se no percurso desta cooperativa a tentativa de abranger todos os princípios regidos pela doutrina do cooperativismo. No primeiro e segundo tópicos deste capítulo, falamos da forma de organização da cooperativa, das regras para entrada e saída de novos sócios e das possibilidades de ascensão profissional, da ausência de rigidez hierárquica e da forma como são tomadas as decisões do grupo. Todas essas características indicam a tentativa de atender aos 5 primeiros princípios descritos (adesão livre e voluntária, controle democrático, participação econômica dos sócios, autonomia e independência, educação, treinamento e informação). A tentativa de atender esses princípios é retomada no funcionamento descrito em todos os outros tópicos, sendo que, na quinta parte (solidariedade e abertura para a comunidade), são descritos outros aspectos do grupo que apontam para os outros dois princípios do cooperativismo: a preocupação com a comunidade, através da participação e contribuição junto a projetos sociais diversos; e a cooperação entre cooperativas, através da atuação junto ao Fórum de Cooperativismo Popular.

Enfim, limitações existem, e formas de superá-las estão sendo cotidianamente tentadas por estes trabalhadores. Até o presente momento, apesar de todas as dificuldades de compreensão sobre o cooperativismo e para assumir efetivamente este papel de autonomia, o que está claro para eles é a existência de um espaço de liberdade onde podem opinar e divergir. Está claro para eles o esforço do grupo em incentivar esta participação e a dimensão social que têm ganhado suas iniciativas. Referimo-nos à enorme força que têm demonstrado ter os empreendimentos solidários no sentido de possibilitar a segmentos desprivilegiados a chance de vislumbrar uma oportunidade no mercado de trabalho. Esses trabalhadores sentem orgulho de fazerem parte deste grupo de cooperados, principalmente por um alto reconhecimento que dizem haver sobre a qualidade do seu trabalho. Tal fato é expresso na fala abaixo:

“É importante a confiança que as pessoas depositam na gente e a confiança que têm no trabalho bem feito. Todos se agradam muito do nosso trabalho e eles indicam para os outros construírem com a gente.” (Coordenador).

“O nosso preço no mercado de Jacarepaguá talvez seja um dos mais caros. Nós nos capacitamos para isso. Nós cobramos mais caro, mas o proprietário ganha mais. Isso porque ele não tem aporrinhação. A obra agrada o mercado, termina na hora certa – e até antes –, vende bem. (...) A cooperativa não é mão

de obra barata. Ela vem para fortalecer o trabalhador e a força de trabalho. O capital tem todo o controle sobre a força de trabalho. A cooperativa vem para buscar um equilíbrio entre o capital e a força de trabalho” (Arnóbio).

Muitos gostariam de ser mais eficientes ao “vestir a camisa da cooperativa” e encontram grandes empecilhos, como a falta ou carência de suporte técnico, a dificuldade de traduzir idéias em ações e a pouca compreensão dos discursos que ouvem quando orientados por outros profissionais ou entidades. Entretanto, defendem a cooperativa como o seu espaço de trabalho e reconhecem sua propriedade como coletiva, incluindo-se nesta coletividade. Sabem que, mesmo quando calados, votam e suas opiniões têm peso sobre o grupo. Sabem também que quando votam em prol da maioria fortalecem posições dominantes. Mas, nesses casos, só contam com a confiança naqueles em cujos votos se apoiaram.

Mais uma vez, apontamos para um longo caminho de construção do processo autogestionário – um caminho tortuoso que tropeça em inúmeros obstáculos. Apesar disso, a força de vontade desses grupos e a constatação da necessidade de sobrevivência não os deixa desistir. Sofrem altos e baixos, mas continuam firmes e fortes. No percurso, vão aprendendo a cada momento que *trabalhar dá trabalho*, mas apostam nos benefícios desse esforço, alguns dos quais já puderam ser vislumbrados em nossas descrições.

Vimos algumas características que são peculiares à Constrói Fácil: forte busca por autonomia e incentivo à participação, incentivo ao conhecimento e à capacitação, estabilidade que reduz a insegurança no trabalho, retiradas acima da média salarial da categoria, possibilidade de ascensão, igualdade de direitos, auxílio coletivo em caso de adoecimento ou acidentes, uso de equipamentos – não por obrigatoriedade, mas a partir de um reconhecimento de sua necessidade –, incentivo à participação e influência nas decisões da cooperativa. Não podemos deixar de colocar aqui também a melhoria das condições de vida desses trabalhadores, propiciada por um maior ganho financeiro e pela própria casa que puderam ou poderão construir graças ao incentivo e à cooperação dos colegas de trabalho. Trata-se de uma quebra da precariedade em campo de imensa e histórica precariedade social.

Acerca dos avanços rumo à autonomia, cabe expor mais algumas falas que expressam satisfação com a liberdade e com a redução da precariedade na organização do trabalho:

“Na empreiteira é o mesmo ritmo direto. Aqui é de acordo com você. Se está cansado, faz um serviço mais leve. Lá não pode faltar porque mandam embora. Aqui posso ficar em casa. O encarregado não pega no pé, não dá esporro. Lá eles querem tirar o seu sangue.”

“Aqui a gente tem mais liberdade, não tem pressão de horário. Todo mundo é igual e tem que ter responsabilidades. Só depois que vem a brincadeira.” “Na cooperativa você trabalha e a sobra final é de todos. Na firma é tudo do patrão. Seu trabalho vai de mão beijada para os outros.” “Aqui, se eu chegar atrasado o pessoal não critica. Na firma é cheio de regrinhas. Não pode falar o que quer.”

“Aqui a gente ganha mais do que numa firma. Também aqui não falta trabalho.”

“A gente não tem medo de ser mandado embora.” “A contribuição é da maioria. É difícil um grupo tão grande se manter unido.” “Trabalhamos bem.”

Os instrumentos estão sendo dados aos trabalhadores. Usá-los em favor de sua saúde é o próximo passo que já vem acontecendo com alguns e, acredita-se, vem conquistando aos poucos novos adeptos. É um percurso difícil, pois está na contramão de toda a sociedade. Mas vem sendo percorrido, e isso é prova de sua possibilidade. E é nessa possibilidade que investem os nossos trabalhadores.

“Temos grande preocupação com o trabalhador. A gente cria normas para isso, como o projeto casa&cidadania, a questão da saúde. Também tem a preocupação de ajudar outras entidades. Eu não vejo cooperativa nenhuma que tenha um fundo que seja não só para ajudar o trabalhador, mas também para ajudar quem precisa, outros movimentos (Ação da cidadania, Shangri-lá, casa&cidadania, etc.). A gente procura a todo momento investir no trabalhador, beneficiar o trabalhador”. (membro da comissão de segurança).

Quanto à busca do ideal de emancipação social, consideramos que a economia solidária é o próprio resultado do começo de uma experiência de emancipação. Ao tomarem iniciativas, ao se autoperceberem como capazes de assumirem o rumo de suas próprias vidas; e mais: quando se propõem a interferir em outras vidas, no sentido de melhorá-las, através de ações de solidariedade diversas, estão nada mais do que buscando emancipar-se, assumindo sua liberdade e libertando outros.

Acreditamos que, na qualidade de alternativa a situações de exclusão social, os empreendimentos cooperativos não se apresentam apenas como uma alternativa econômica, mas como parte de um movimento social. É um processo que acontece à medida que a população supera as saídas individuais e recorre a alternativas coletivas. O movimento nasce a partir de um problema local e imediato, mas seu desenvolvimento tende a aumentar as reivindicações para as esferas mais amplas de realidade social. A sua grande importância está

no exercício de organização e enfrentamento que se dá a partir das dificuldades percebidas. Seu campo de atuação amplia-se à medida que outros problemas vão sendo percebidos e que se reconhecem na necessidade de atuar coletivamente em sua resolução. E assim o fazem, aos poucos e cotidianamente.

CAPÍTULO IV

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É claro que essa história não foi tão simples quanto resumida nesta breve narração. Foram muitas outras as dificuldades pelas quais têm passado as experiências de Shangri-lá e da Cooperativa Constrói Fácil. Problemas pessoais foram comuns nesse processo: alcoolismo, uso de drogas, indisposição para o trabalho e dificuldades de relacionamento. Também ocorreram problemas coletivos, como o medo de não conseguir manter-se no mercado e o desejo (muitas vezes frustrado) de trabalhar e de tomar decisões coletivamente para atender às demandas dessas famílias. Porém, o que queremos destacar é que a cooperativa Constrói Fácil surgiu como um empreendimento econômico cujos objetivos eram essencialmente sociais.

O ser humano vivencia hoje, sob influência do capitalismo, a evocação constante de valores como o individualismo e a atitude competitiva. Também vivencia algumas inseguranças, representadas pela crescente exclusão social e pelo desemprego estrutural. Acometidos por todas essas dificuldades, populações vêm-se obrigadas a reagir para garantir a sua sobrevivência. Movimentos individuais e coletivos emergem dessa necessidade. Alguns são bem sucedidos, outros não tanto, recorrendo muitas vezes para o viés da ilegalidade. Dentre os que são bem sucedidos, vem se destacando a economia solidária; e é algo que parece que veio para ficar. Embora o que inicialmente apareça seja a questão imediata da sobrevivência e sustento, à medida que esta questão consegue ser superada, a organização passa a tomar uma dimensão semelhante à de um movimento social, a partir do qual outras necessidades são percebidas e novas iniciativas coletivas são recomeçadas, no sentido de atendê-las.

Apesar das dificuldades, algumas pessoas estão reagindo. Estão criando alternativas de sobrevivência e conseguindo sobressair-se através delas, melhorando sua qualidade de vida e trazendo de volta a esperança de que valores que pareciam perdidos ainda possam ser resgatados. A economia solidária é uma proposta que, apesar de ainda se colocar como alternativa substitutiva dentro da sociedade capitalista, tem dado certo, apresentando-se como algo que pode permanecer, apesar da crise. E é a própria crise que lhe dá possibilidade de começar a existir; é ela que cria a sua necessidade; é ela que faz os indivíduos cooperarem e serem coesos para, enfim, superá-la.

Nesta pesquisa, percebemos que, em vários aspectos, a cooperativa Constrói Fácil apresenta elementos comuns a outros empreendimentos da área de construção civil: escolaridade baixa; trabalho pesado; cultura de naturalização dos acidentes de trabalho menores e não utilização de equipamentos de proteção individual; atitudes de submissão e busca por uma figura que simbolize o patrão (representada pelo Arnóbio). Entretanto, como se pôde constatar, são vários os diferenciais que tornam esta cooperativa bastante peculiar.

Movimentos e funcionamentos diversos diferenciam este grupo de trabalhadores de todos os outros que ocupam os canteiros de obra da construção civil no Brasil. Diferenciais como: autonomia na organização do trabalho (divisão das tarefas, horário de trabalho, ausência de chefia), capacitação técnica e teórica, aprendizado no ambiente de trabalho e ascensão profissional, participação nas decisões, solidariedade grupal, etc. Além disso, há dois fatores adicionais que não podemos ignorar, pois apontam para o maior benefício propiciado por esta organização do trabalho: (1) a constatação de que algumas dimensões da alienação no trabalho começam a ser superadas com o reconhecimento da relação entre sua tarefa e o produto final e um certo controle sobre o seu processo de trabalho; (2) o início de um processo de mudança que aponta para a construção de autonomia, iniciativa, responsabilização social e mobilização coletiva. Esses dois fenômenos têm sido possibilitados por vários fatores, dos quais destacamos a influência das discussões coletivas e capacitações oferecidas e pelos treinos e incentivos à prática de tomar decisões e de colocar-se como sujeito ativo no ambiente de trabalho, também estendendo essa atuação para participações mais ativas junto à comunidade. Este incentivo abre portas para um maior interesse sobre acontecimentos políticos e sociais e para a possibilidade de intervir sobre eles através das pequenas práticas (como as ações isoladas de solidariedade) e através da inserção em movimentos coletivos de contestação, discussão e de transformação social. Uma visão crítica de algumas dessas diferenças é expressa na fala abaixo:

“Como empregado, você está sempre enriquecendo cada vez mais o outro. Ele vai crescendo. Por mais que você produza algo de valor, você fica na mesma e só o patrão que enriquece. Aí você praticamente está sendo um escravo dele. Quando chega ao fim do ano, você recebe o 13º, o mesmo salário que você ganha. Não vejo vantagem (...) Se a gente consegue, o indivíduo deixa de ser um boneco para ser alguém.”(Coordenador).

A adoção do princípio da autogestão abre possibilidade para que os próprios trabalhadores implementem mudanças no seu ambiente e organização de trabalho,

configurando-se como uma efetiva atuação em promoção da saúde. Esta tem se dado em várias frentes, à forma deles, devagar, mas em passos contínuos. São trabalhadores que não se prendem a um horário fixo de trabalho, podendo faltar quando o corpo pede; que podem falar de suas frustrações quando ligadas ao trabalho, podendo propor sugestões para solucioná-las. Isto indica avanços rumo à construção de um projeto de autonomia e autogestão. A possibilidade de legislar seus horários e ações abre-lhes condição para outras atividades relacionadas a lazer, qualidade de vida e envolvimento em ações de cunho social e comunitário.

Outros avanços possíveis se mostram pela possibilidade de auxiliar na mudança de valores a partir da afirmação e da prática dos princípios da doutrina cooperativista. Entretanto, é preciso sair do discurso puramente ideológico e aumentar a dimensão das experiências práticas, através do cumprimento efetivo de tais princípios. É importante citar a relevância da aplicação dos princípios de educação, preocupação com a comunidade e cooperação entre cooperativas, valendo-se do suporte possibilitado pelas incubadoras de cooperativas vinculadas às universidades e por instituições destinadas ao apoio, fomento e incentivo a essas iniciativas. Tal suporte e assistência precisam ser aproveitados para ajudarem na organização e sobrevivência desses empreendimentos, mas também para propiciarem um planejamento estratégico de longo prazo, saindo do imediatismo e buscando sua sobrevivência e superação dos obstáculos ao longo dos anos.

Um dos principais resultados da iniciativa diz respeito ao aumento da mobilização coletiva, ao envolvimento progressivo em atividades junto à comunidade, que resulta no estabelecimento de uma maior autonomia de seus membros, no que se refere à participação e organização em ações locais. Os cooperados participam ativamente de atividades políticas, sociais, cooperativas e comunitárias, superando o imobilismo e avançando na consolidação de uma organização social mais fortalecida. Registra-se momentos altos como a implementação do projeto Casa & Cidadania, a organização de reuniões de formação específicas, a relevância dada às assembléias deliberativas, a filiação a partidos políticos e a destinação de recursos para fins sociais e comunitários e fundos de reserva para cuidados à saúde dos cooperados. Vale citar o questionamento dos valores capitalistas e a instituição de atitudes e movimentos que contestam a submissão ao trabalho, o desemprego e as desigualdades sociais.

Como iniciativa governamental, a recente criação da SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) contribui para o avanço, aumentando a visibilidade do movimento e fortalecendo as mesas de discussões. Prova dessa maior visibilidade é a inclusão desse tema (economia solidária) na agenda de discussões de movimentos como o Fórum Social, a

Associação Brasileira de Psicologia Social, a Cáritas do Brasil, algumas universidades públicas e privadas, diversas outras instituições não governamentais, além da presença do tema no planejamento social de diversos municípios e estados brasileiros. Atualmente, destaca-se a articulação e mobilização realizadas pelos Fóruns de Cooperativismo popular em níveis locais, regionais e nacional, promovendo e estendendo discussões e levando questões locais a âmbitos maiores, contribuindo para o fortalecimento e maior abrangência do movimento.

No que tange à saúde, já se percebem na Constrói Fácil intervenções no sentido de propiciar melhores condições de segurança e saúde, através da compra de equipamentos, da realização de reuniões de formação para melhor informar e qualificar os trabalhadores, além da adoção de uma perspectiva do trabalho focada não mais para o lucro, mas para a melhoria qualidade de vida dos indivíduos.

Destacamos como importantes perspectivas do movimento cooperativista: a continuidade das ações de mobilização local e comunitária e o fortalecimento e organização dessa e de outras iniciativas ligadas a processos de autonomia individual e coletiva; ações destinadas à geração local de renda, buscando o envolvimento das comunidades, o aumento da visibilidade de suas ações e, de forma abrangente e em longo prazo, a redução do desemprego e precarização do trabalho e das desigualdades sociais.

Cabe destacar também a necessidade de uma maior inclusão das discussões sobre saúde e sobre a utilização de tecnologias produtivas nas pautas de trabalho dos Fóruns regionais e nacional. Existem algumas iniciativas isoladas, mas não são assuntos contemplados, por exemplo, pelos princípios da economia solidária. Sabemos, no que se refere às tecnologias produtivas que há dificuldades relacionadas à escassez de recursos financeiros, pois demandam um alto investimento. Porém, é uma discussão importante a ser incluída na pauta de reivindicações dos movimentos cooperativistas solidários do país. Em algumas áreas de trabalho, as tecnologias não utilizadas podem ser mais nocivas do que as dificuldades e riscos impostos pela sua implantação.

Na iniciativa que apresentamos, não bastou a boa vontade de um grupo de religiosos com boas intenções. Foi fundamental a ajuda de agentes diversos que, através da solidariedade, do suporte técnico e financeiro, permitiu o desenvolvimento satisfatório e até mesmo além das expectativas iniciais. Também cabe destacar a grande novidade trazida por esta iniciativa: a ousadia de um empreiteiro, que abriu mão da possibilidade de empreendedorismo individual para investir num sonho, numa crença de que ajudando o outro

poderia obter ganhos ainda maiores, cujo valor não era material, nem mensurável, mas que se tinha uma noção de que significaria muito, dependendo dos olhos de quem o vê.

A partir da experiência que apresentamos, já podemos apontar sinais de mudanças vividas por essas pessoas. Apesar de toda uma cultura do assalariamento, egoísmo e competitividade, esse sujeitos valorizam cada vez mais a participação em movimentos de cunho coletivo e solidário e buscam – apesar das restrições e dificuldades – superar limitações de conhecimento e de acesso a direitos individuais.

Vale o destaque às mudanças de atitudes e valores citadas pelos próprios trabalhadores entrevistados. Foram freqüentes os relatos sobre melhorias no trato familiar e com terceiros, maiores interesses por assuntos de cunho coletivo e social, reflexões a partir das discussões promovidas pelas reuniões de formação e pela influência de figuras fortes, como o Arnóbio, a adoção de uma postura mais crítica diante dos problemas sociais, a transição de uma atitude de submissão para a atitude de autonomia. Tais mudanças precisam ser valorizadas, pois não implica melhorias apenas para os sujeitos diretamente envolvidos, mas também para a sua família, amigos e comunidade que colhem os bons frutos dessas melhorias/transformações sofridas por esses trabalhadores.

Em relação à promoção da saúde, é pertinente à discussão o fato deles se preocuparem com a constituição de uma comissão de segurança e com a divulgação de normas e procedimentos de proteção em suas reuniões. É interessante o quanto os membros dessa comissão se preocupam em organizar o ambiente de trabalho e em transmitir informações sobre saúde e segurança a todos os colegas. Há questionamentos quanto aos seus direitos enquanto trabalhadores, demonstrados através das críticas ao Sistema Único de Saúde e das preocupações quanto a ter um seguro de vida – freqüentemente negado pelas seguradoras – e/ou um plano de saúde, além de receios em relação à sua aposentadoria, conforme já explicitado no capítulo anterior.

O zelo e dedicação pela cooperativa são repetidamente demonstrados em suas atitudes de incentivo aos colegas, de defesa aos princípios do cooperativismo e na abdicção revelada por alguns cooperados que, segundo suas falas, já poderiam ter se aposentado, mas adiam a decisão por se sentirem responsáveis pela cooperativa, por receio de atrapalhar o seu progresso e pela necessidade que sentem de preparar sucessores com os mesmos ideais em relação à doutrina do cooperativismo e o mesmo comprometimento que afirmam ter.

Como movimento de singularização também precisamos destacar a participação em programas e movimentos de solidariedade repetidamente expressas pelos trabalhadores que foram ouvidos – não só contribuições a programas sociais instituídos, mas a própria

constituição de movimentos de transformação próprios (como Shangri-lá e o Casa & Cidadania) e a instituição de normas dificilmente presentes em outras organização de trabalho. Falamos de normas como o fundo de solidariedade, destinado a cobrir despesas com remédios ou outras necessidades relativas à saúde e uma outra contribuição, instituída por eles para auxiliar no sustento semanal daqueles colegas que não puderam ser alocados nas obras em atividade. É um movimento de singularização porque se mostra diferente da ordem capitalista predominante; é um movimento que afirma valores como solidariedade em lugar da competição, coletividade em lugar de individualismo, compreensão e oportunidade ao invés de intolerância.

Cabe enfatizar que a expectativa desta pesquisa não é a de descrever, por si só, e no curto prazo, mudanças de porte e impactos mensuráveis em resultados quantificáveis e de grande significação, mas registrar os avanços da experiência investigada por este processo, colocando-se a seu serviço para tornar inteligíveis os seus movimentos no sentido do desenvolvimento. Sabe-se que as mudanças macro dependem de um contexto social profundamente mais amplo e complexo. Como afirma Pivetta (2002), *não existirá... uma ilha da fantasia sem a sinergia de um projeto de Estado e Nação que garanta a sustentabilidade social, ambiental e econômica do todo*. No entanto, como Koga (2003), citando Ladislau Dowbor, afirma que uma das mais significativas riquezas do desenvolvimento local reside no fato de poder adequar-se as ações às condições diferenciadas que as populações enfrentam. Isto não implica, naturalmente, que as políticas sociais possam se resumir à ação local, mas seriam fundamentais para se estabelecerem, de fato, políticas universais que garantam ao mesmo tempo igualdade e equidade

Da forma como têm se constituído, muitas dessas alternativas podem colocar-se como um exemplo, como um caminho a ser seguido por outras tentativas, como movimento a ser valorizado e apoiado por entidades diversas (pesquisadores, instituições, poder público, ong's). É também o princípio e a contribuição essencial para a construção de uma sociedade mais justa, mais humana e mais igualitária. Não podemos mudar o todo, mas podemos ir mudando aos poucos.

O fato é que nunca deixaremos de sonhar com uma possível Shangri-lá, mas dificilmente encontraremos em qualquer comunidade autoproclamada os prazeres que imaginamos em nossos sonhos. Desejamos Shangri-lá porque sentimos falta de segurança, qualidade fundamental para uma vida feliz. Mas o mundo que habitamos é cada vez menos capaz de oferecer e mais relutante em prometer o que queremos. Uma Shangri-lá continua teimosamente em falta, escapa ao nosso alcance ou se desmancha, porque a maneira como o

mundo nos estimula a realizar nossos sonhos de uma vida segura não nos aproxima de sua realização; em lugar de ser mitigada, nossa insegurança aumenta, e assim continuamos sonhando, tentando e fracassando.

Cada vez mais, a forma como tem se constituído nossa sociedade mostra-nos o quanto é difícil agir sozinho e o quanto a experiência da coletividade pode tornar possíveis alternativas que seriam impensáveis no âmbito individual. E é na realização dessas tarefas que a coletividade faz mais falta. Mas é também a partir delas que tal coletividade pode se realizar. Se vier a existir uma Shangri-lá no mundo dos indivíduos, só poderá ser (e precisa sê-lo) uma comunidade tecida em conjunto a partir do compartilhamento e do cuidado mútuo; haverá de ser uma comunidade de interesse e responsabilidade em relação aos direitos iguais de sermos humanos e igual capacidade de agirmos em defesa de direitos fundamentais e de melhorias da qualidade de vida.

De tudo, eis o que fica – como uma crença pessoal do autor e colaboradores, como uma aposta que pode se dar a partir da coletividade – : *uma Shangri-lá é possível.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, P. P. Autogestão. Em: CATTANI, A. D. (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- ALVES, R. B. Vigilância em saúde do trabalhador e promoção da saúde: aproximações possíveis e desafios. *Cad. Saúde Pública*, vol.19, no.1, pp.319-322, Fev 2003.
- BARROS, M. E. B. B. (Org.). *Psicologia: questões contemporâneas*. Vitória: EDUFES, 1999.
- BECKER, D. et. all. Empowerment e avaliação participativa em um programa de desenvolvimento local e promoção da saúde. *Ciênc. saúde coletiva*. V.9, nº.3, Rio de Janeiro, jul./set. 2004
- BERLIN, I. Dois conceitos de liberdade. Em: *Quatro ensaios sobre a liberdade*. Brasília: UNB, 1981, 205p.
- BRITO, J. C. & PORTO, M. F. S. *Processo de Trabalho, Riscos e Cargas à Saúde*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana, Escola Nacional de Saúde pública, Fundação Oswaldo Cruz. 1991. (mimeo).
- BUSS, P. M. Uma introdução ao conceito de promoção da saúde, (2003). Em: CZERESNIA, D. & FREITAS, C. M. (org.). *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz.
- CANGUILHEM, G.. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.
- CATTANI, A. D. (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- CORAGGIO, J. L. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. Em: KRAICHETE, G. et. all. (org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, 2000. Pp 91-132.
- DEJOURS, C; DESSORS, D.; DESRIAUX, F. Por um trabalho fator de equilíbrio. *Revista de Administração de empresas*. São Paulo 33 (3): 98-104, mai-jun/1993.
- ESCHENBURG, R. Uma breve introdución a la teoría económica de la cooperación. *Perspectiva econômica*. São Leopoldo/RS: UNISINOS. Ano XVIII, vol. 13, nº 39, 1983.
- FRANÇA FILHO, G. C. Terceiro setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. *Bahia Análise & Dados*. Vol. 12, nº 1. Salvador/BA, 2002.
- FREUD, S. O mal estar da civilização. Em: *Edição Standard das Obras completas de Sigmund Freud*.

- FROMM, E. *O medo à liberdade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- GAIGER, L. I. A solidariedade como alternativa econômica para os pobres. Internet. Site www.ecosol.org.br/textos/motchane.doc. Acesso em 02/05/2003.
- GAIGER, L. I. Empreendimentos econômicos solidários. Em: CATTANI, A. D. (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- GARAY, A. B. S. A reestruturação produtiva nas empresas brasileiras: um breve panorama. *Análise*. Porto Alegre: Vol. 8, nº 2, 1997, pág. 63-67.
- GUSMÃO, R. A ideologia da solidariedade. *Revista de Serviço Social e sociedade*. n.º 62, Rio de Janeiro: Cortez, março/2000.
- KOGA, D. Cidades entre territórios de vida e territórios vividos. *Serviço Social e Sociedade* 72. São Paulo: Cortês Editora, 2003.
- LECHAT, N. M. P. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. *II Seminário de Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares*. Palestra proferida. Campinas/SP, 2002.
- LISBOA, A. M. Solidariedade. Em: CATTANI, A. D. (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- MILLS, C. W. Da razão à liberdade. Em: *A imaginação simbólica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- MOTCHANE, J. Economia social e economia solidária: álbi ou alternativa ao neoliberalismo? Internet. Site www.ecosol.org.br/textos/motchane.doc. Acesso em 02/05/2003.
- LISBOA, A. de M. A emergência das redes de economia popular no Brasil. Em: DAL RI, N. M. (Org.) *Economia solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho*. São Paulo: Arte Ciência, 1999.
- MENDES, R., DIAS, E. C. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. *Revista de Saúde Pública*. São Paulo, 25 (5): 341-9, 1991.
- MINAYO-GOMEZ, C.; THEDIM-COSTA, S. M. F. Precarização do trabalho e desproteção social: desafios para a saúde coletiva. *Ciência e Saúde Coletiva*. Vol. 4 (2), 1999.
- NEVES, M. A. Reestruturação produtiva e estratégias no mundo do trabalho: as conseqüências para os trabalhadores. Em: CARVALHO NETO, A. M. et. all. (org.). *Sindicalismo e negociação coletiva nos anos 90*. Belo Horizonte: IRT/PUC-MG, 1998.
- PINHO, D. B. *Cooperativismo: fundamentos doutrinários e teóricos*. São Paulo, 2001. (mimeo).

- PIVETTA, F. Laboratório territorial como instância para a promoção da saúde – contribuição para as discussões acerca do programa DLIS Manguinhos. In Zancan, L., Bodstein, R. & Marcondes, W. B. (orgs.). *Promoção da Saúde como caminho para o Desenvolvimento Local*. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2002, pp. 247-271.
- SCHNEIDER, J. O. A doutrina do cooperativismo nos tempos atuais. *Cadernos CEDOPE*, Série Cooperativismo, nº 12, 1994, pp. 7-23.
- VASCONCELOS, E. *O poder que brota da dor e da opressão: empowerment, sua história, teorias e estratégias*. Rio de Janeiro: Paulus, 2004.
- WINNICOTT, D. W. A liberdade. Em: *Tudo começa em casa*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, 3ª ed., pp. 237-248.

ANEXO I

REGIMENTO INTERNO DA COOPERATIVA CONSTRÓI FÁCIL

Aprovado em dezembro de 2003